

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**UMA ANÁLISE DA CRIAÇÃO DO MUNDO MODERNO À LUZ
DA ORIGEM E FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA-MUNDO
EUROPÉIA (1150-1640): Um debate entre Fernand Braudel e
Immanuel Wallerstein**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Jales Dantas da Costa

Orientador: Prof. Pedro Antônio Vieira

Área de Pesquisa: História Econômica

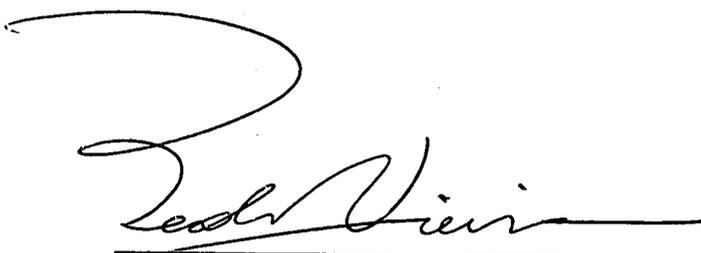
Palavras – Chaves: 1. modernidade
2. capitalismo
3. economia-mundo européia

Florianópolis, (março de 2002).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 ao aluno Jales Dantas da Costa na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Pedro Antônio Vieira
Presidente



Wagner Leal Ariento
Membro



Wolney Roberto Carvalho
Membro

Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente?

Fernand Braudel.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
PREFÁCIO e AGRADECIMENTOS.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. ECONOMIAS-MUNDOS: Um modelo de análise.....	14
1.1. As economias-mundos em face das divisões do espaço.....	14
1.2. As economias-mundos em face das divisões do tempo.....	20
CAPÍTULO 2. A CIVILIZAÇÃO FEUDAL NA EUROPA OU A ECONOMIA-MUNDO EUROPÉIA JÁ EM FUNCIONAMENTO (1150-1450)?	25
2.1. O feudalismo na Europa em fins da Idade Média sob a perspectiva de Immanuel Wallerstein.....	25
2.2. A economia-mundo européia na criação do mundo moderno sob a perspectiva de Fernand Braudel.....	29
CAPÍTULO 3. A ECONOMIA-MUNDO EUROPÉIA DURANTE O LONGO SÉCULO XVI (1450-1640).....	38
3.1. A criação de uma economia-mundo capitalista na Europa.....	38
3.1.1. De Sevilha a Amsterdam.....	43
3.1.2. Da decadência de Veneza a ascensão de Amsterdam.....	49
CAPÍTULO 4. A ECONOMIA-MUNDO EUROPÉIA EM FACE DAS DEMAIS ECONOMIAS-MUNDOS.....	55
CONCLUSÃO.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	62

RESUMO

Este breve estudo procura em linhas gerais analisar os principais processos de transformações sociais, sobretudo econômicas que estiveram presentes na criação do mundo moderno. O “enraizamento” do capitalismo e a eliminação de um sistema imperial para o posterior estabelecimento de múltiplos sistemas políticos, formaram os dois grandes processos de mudanças que caracterizaram o mundo moderno.

É no confronto entre o primeiro volume da obra *El Moderno Sistema Mundial* de Immanuel Wallerstein com o último volume da obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo* de Fernand Braudel que se busca examinar as enormes mudanças vividas na passagem do fim da Idade Média para a era moderna.

Baseado nas contradições e semelhanças que estes dois grandes autores têm da origem e funcionamento da chamada economia-mundo européia, é que aqui se reconhece os dois principais processos de transformações sociais que acabaram por dar origem a uma nova era.

PREFÁCIO e AGRADECIMENTOS

As origens deste trabalho remontam a minha participação no grupo de pesquisa LABOR. Como aluno de economia tive o prazer e privilégio de participar de alguns dos tantos encontros do grupo. Este estava composto por alguns professores do departamento de economia (Hoyedo Nunes Lins, Nildo Domingo Ouriques, Pedro Antônio Vieira, Wagner Leal Arienti), além de outros participantes de outros departamentos (como o professor Luiz Vicente Vieira, da filosofia), e mais alguns poucos alunos do mestrado e da graduação do curso de economia. O trabalho do grupo até então consistia em debater quinzenalmente algumas importantes obras de autores como: Karl Polany, Robert Kurts, Giovanni Arrighi, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e outros. Tratava-se de um período de amadurecimento do grupo como um todo.

As influências destas diversas bibliografias – que por sinal estavam quase que por completo ausentes nas diversas disciplinas dadas ao longo de todo o curso de economia –, de fato fizeram-se presentes na minha escolha quanto ao tema a desenvolver neste trabalho.

No semestre anterior à realização desta monografia, eu estava realizando a disciplina Evolução do Capitalismo Contemporâneo, ministrada pelo professor “Pedrinho”. A cadeira foi trabalhada do começo ao fim com base em uma das obras já debatidas no grupo LABOR. Tratava-se do fabuloso livro de Giovanni Arrighi, o Longo Século XX.

A partir de então, eu me encontrava disposto a tentar relacionar o conceito de CSA (Ciclo Sistêmico de Acumulação) – peça central de toda a construção do Longo Século XX – com a economia brasileira, no período o qual fôlego eu tivesse para tratar do assunto, como tema central do trabalho de conclusão de curso. Em meu apoio estava o professor pedrinho como orientador deste trabalho.

É importante dizer que a pesar do título do livro de Arrighi se referir somente ao século XX, a maior parte deste não visa explicar fatos que se passaram neste período. Na verdade, para explicar a crise mundial da década de 1970 – objetivo central da pesquisa –, Arrighi recorre a toda a construção do moderno sistema capitalista e interestatal. O que implica recuar séculos na história, mais precisamente desde o século XIV.

Assim, trabalhei durante os meses de agosto de 2001 a fins de novembro deste mesmo ano, me dedicando exclusivamente a esta pesquisa. Durante grande parte deste período eu me encontrava em Brasília, Vila Velha e Cabo Frio e logo prosseguia quase que individualmente com este difícil tema. Resolvi retornar a Florianópolis em meados de novembro para apresentar e discutir com o orientador até então o que havia feito. Nessa altura eu me encontrava na eminência de estabelecer a ligação entre o CSA com a economia brasileira, ou melhor, com o processo de formação econômica do Brasil – período que se refere ao início do século XVI.

As dificuldades em estabelecer relações entre o conceito CSA e o Brasil eram enormes, e em grande parte por elas me senti mais cômodo em não buscar realizar tais relações. Decidi deixá-las para um momento posterior, quem sabe próximo. Restava-me é claro, tudo que havia feito, ou seja, uma análise do início do processo da evolução do moderno sistema capitalista e interestatal.

Ao compartilhar este trabalho com pedrinho e também debatê-lo com o professor Nildo, ambos me aconselharam a incluir nesta análise outros dois grandes autores: Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein.

Ao iniciar a leitura da obra *El Moderno Sistema Mundial* de Wallerstein, me deparei com um novo problema de pesquisa, o qual estaria disposto a seguir. Tratava-se de compreender as transformações sociais que estiveram presentes na criação do mundo moderno. Na verdade, o meu tema de pesquisa não mudaria muito, já que o período em que se transcorreram estas mudanças coincidem com o período de evolução do moderno sistema capitalista e interestatal.

Contudo, com o passar do tempo e quase que sem me dar conta, eu acabaria por deixar o que antes havia feito e passaria a dialogar fundamentalmente com Wallerstein e Braudel. O trabalho seguiu de fins de novembro ao final de março com esta nova perspectiva. Durante a maior parte deste período estive em Florianópolis, participando do início da disciplina do mestrado História e Capitalismo – na verdade o grupo LABOR se transformou nesta disciplina. A cadeira me foi bastante útil pelo fato dela trabalhar com a obra *O Moderno Sistema Mundial* de Immanuel Wallerstein.

Por tudo, agradeço a todos os professores e participantes do grupo LABOR, por me incentivarem e auxiliarem neste estudo. Em especial, para o amigo e professor Pedrinho

que me acompanhou nesta jornada. Também ao amigo e professor Nildo que além dos conselhos, se prontificou a encomendar do México a obra anteriormente citada de Wallerstein, a qual chegou as minhas mãos justamente em fins de novembro. Também aos companheiros e professores Wagner Leal Arient e Wolney Roberto Carvalho por aceitarem a participar da correção deste estudo.

Gostaria de agradecer sobretudo aos meus pais, Maria Cristina Dantas da Costa e Jovanir Santos da Costa, pela paciência, apoio moral e financeiro. Além dos seus respectivos parceiros, Renato José Mussel e Cristiana Prista Rostey que de maneira indireta contribuíram na realização deste trabalho.

Meus agradecimentos ao meu irmão Jairo Dantas da Costa, por todos os conselhos prestados. A minha família e a todos os meus amigos e amigas de Brasília, Florianópolis e São Paulo que seguiram me incentivando nesta tarefa. A minha namorada Karina Silvana Garcia que tanto me ouviu durante todos estes meses, além do sacrifício de não podermos estar juntos durante a maior parte desta pesquisa. Também à sua família que como um filho me acolheu em Cabo Frio e proporcionou-me um ótimo ambiente de reflexão. Da mesma forma fizeram os meus amigos de Florianópolis, João Augusto Machado de Lima e os irmãos Bruno e Roberto Segrais de Bem.

INTRODUÇÃO

A ciência social mundial reconhece de forma geral, a existência de grandes divisões na história do homem. Uma delas, e pouco estudada pelos cientistas sociais, é a revolução neolítica ou agrícola. A outra, mais estudada, aparece no centro da maior parte das teorias das ciências sociais (não só da contemporaneidade, mas também do século XIX), é a criação do mundo moderno.

A respeito deste último evento, existem grandes discussões sobre quais seriam as características que definem os tempos modernos, assim como quais seriam os seus limites temporais. E ainda, há um enorme desacordo a respeito dos “princípios motores” deste processo de mudança.

No entanto, como afirmou Immanuel Wallerstein (1999, p.7, grifo nosso) “(...) parece existir um consenso muito estendido de que nas últimas centenas de anos se deram grandes mudanças *estruturais* no mundo, mudanças que fazem com que o mundo de hoje seja qualitativamente diferente do mundo de ontem”. O que implica reconhecer ao menos que o mundo passou por transformações, por mudanças, que as “estruturas” de um mundo mais antigo já não são as mesmas do mundo atual.

Qualificados por Wallerstein como “arrecifes de corais das relações humanas”, as estruturas¹ permanecem por um longo período de tempo, mas não são eternas. Nascem, se desenvolvem e por fim acabam morrendo. E seus lugares são tomados por novas estruturas, nitidamente distintas das anteriores.

De início, o problema situa-se em encontrar uma unidade de análise apropriada para descrever e justificar as diferenças entre estas estruturas. Em outras palavras, o problema está em buscar uma unidade de análise válida para descrever e justificar todos os processos de mudanças sociais do mundo moderno, desde a sua criação até a contemporaneidade.

Ao empreender esta busca, Wallerstein optou por adotar o “sistema mundial” como única unidade de análise realmente válida para descrever os processos de mudanças sociais.

¹ “(...) por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais”. (Braudel, 1992, p.49).

Segundo ele, as análises destes processos não pode estar dissociadas do contexto dos sistemas sociais, sendo o sistema mundial o único sistema social existente.²

Com esta unidade de análise, este autor se prontificou a examinar os elementos determinantes do “moderno sistema mundial”. Seu trabalho foi dividido em três volumes ou partes principais da evolução das estruturas desse moderno sistema. No primeiro volume, encontram-se as origens e condições primitivas do sistema mundial, até então considerado apenas um “sistema mundial europeu”. Nesta primeira etapa, as datas aproximadas vão de 1450 a 1640. O segundo volume se preocupa com a consolidação desse primeiro sistema, e tem suas datas compreendidas de mais ou menos 1640 a 1815. O terceiro se ocupa “da conversão da economia-mundo em uma empresa global”, período compreendido aproximadamente entre 1815-1917.

Por sua vez, o presente estudo tem por objetivo principal rastrear os primeiros passos do sistema mundial, isto é, analisar os principais processos de mudanças sociais, sobretudo econômicas, que acompanharam a criação do mundo moderno. Isto significa restringir-se à análise da completa evolução do moderno sistema mundial. É se estender somente ao primeiro volume da obra de Immanuel Wallerstein. É ouvir o que tem a dizer este pesquisador a respeito das discussões travadas pelos cientistas sociais, sobre as diversas questões que envolveram a criação do mundo moderno.

Estas questões, alvo de controvérsias, já foram anteriormente levantadas e não cabe aqui retomá-las, já que serão bem apresentadas no desenrolar do trabalho. Entretanto, cabe dizer que estas podem ser tomadas como objetivos secundários, e que uma vez respondidas acabam por contribuir para o esclarecimento do objetivo maior.

A metodologia utilizada neste trabalho para responder a estes objetivos, entretanto não consiste em contrapor os argumentos propostos por Wallerstein com as diferentes argumentações de cientistas sociais sobre a criação do mundo moderno. O debate, na verdade, situa-se entre este sociólogo e o historiador Fernand Braudel – que se propôs a

² Ao concluir o primeiro volume da sua obra, Wallerstein acrescenta que “os únicos sistemas sociais reais são, por uma parte, as economias relativamente pequenas, altamente autônomas, de subsistência, que não formem parte de nenhum sistema que exija tributo regular; e por outra parte, os sistemas mundiais (...) [que] constituem em linguagem familiar, verdadeiros mundos”. (Wallerstein, 1999, p.490).

escrever em uma das suas obras sobre a história do mundo no período compreendido principalmente pelos séculos XV a XVIII.

É no confronto entre o primeiro volume da obra *The Modern World System* de Immanuel Wallerstein com o último volume da obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo* de Fernand Braudel que se procura analisar os principais processos de mudanças sociais que estiveram presentes na passagem do fim da Idade Média para a era moderna.

Descrever em pouquíssimas páginas estas mudanças que abarcam um período de quase quinhentos anos de história (1150 a 1640), só pode ser possível fechando os olhos para os acontecimentos de “pouco fôlego”, para as “temporalidades” mais curtas, e abrindo-os para as temporalidades de longa duração.³

A história se distingue em vários tempos: “os tempos geográficos”, “o tempo social”, “tempo individual”. Para descrever e justificar a diferença entre estruturas medievais e modernas, lançou-se mão a uma “história social, a dos grupos e dos agrupamentos”, que envolvem os problemas de longa duração. É esta que se compromete a estudar os movimentos das economias, dos Estados, das sociedades e civilizações. (Braudel, 1992, p.14-15).

Como já visto, a análise dos processos de mudanças sociais não podem deixar de levar em conta o amplo contexto do sistema mundial. Contudo, para o exame do período que se deseja, um problema logo aparece: o de não haver ainda se formado um sistema mundial antes do aparecimento do mundo moderno, nem mesmo se quer no início da criação deste novo mundo. O que veio a existir neste período, como sugere Wallerstein, foi apenas um sistema mundial europeu. Sendo assim, qual é a unidade de análise que deve ser tomada para que se possa enfim compreender a diferença entre as velhas estruturas do mundo medieval e as novas estruturas do mundo moderno?

A unidade só pode ser a mais extensa possível, e que ao mesmo tempo se mantenha coerente. As chamadas “economias-mundos”⁴ por serem a mais vasta “zona de coerência”

³ Os historiadores dividiram o tempo em diversas temporalidades. “Há as temporalidades de longa e muito longa duração, as conjunturas lentas e menos lentas, os desvios rápidos, alguns instantâneos, sendo os mais curtos muitas vezes os mais fáceis de detectar”. (Braudel, 1998, p.8).

⁴ Na verdade, Immanuel Wallerstein chega a considerar as economias-mundos como sendo verdadeiros sistemas mundiais. A exemplo da economia-mundo europeia, este autor afirma ser ela

em determinada época da história, e em determinada região do mundo, são as que melhor preenchem a estes requisitos.

Apesar de existirem economias-mundos antes e depois da criação do mundo moderno, em diversas regiões do planeta, não é no exame das transformações sociais por que passaram estas diversas zonas de coerências, que se encontra a solução do principal objetivo deste estudo. Esta, na verdade deve ser feita à luz das origens e funcionamento da chamada “economia-mundo européia”. Isto porque foi no espaço desta economia-mundo que transcorreram às modificações sociais que acompanharam às origens do mundo moderno. O início da modernidade está mesmo no velho continente europeu.

Mas o que ocorreu de especial nesta economia-mundo que a situou no centro das atenções na importantíssima passagem para o mundo moderno? O que possuiu esta de tão diferente das outras? Baseado em Wallerstein se percebe que a especialidade e diferença está no fato de que ao contrário das demais economias-mundos – China, Pérsia, Roma – existentes antes da formação do mundo moderno, a economia-mundo européia foi à única que acabou por não se transformar em um império.

A centralização política de um império constituía ao mesmo tempo sua força e sua maior debilidade. Sua força se baseava no fato que garantia fluxos econômicos desde a periferia até o centro por meio da força (tributos e impostos) e de vantagens monopolísticas no comércio. Sua debilidade estava no fato de que a burocracia necessária para sua estrutura política tendia a absorver um excesso dos benefícios, especialmente quando a repressão e a exploração originavam revoltas que aumentavam os gastos militares. (...) o sucesso social do mundo moderno consiste em haver inventado a tecnologia que torne possível incrementar o fluxo excedente desde os estratos inferiores até os superiores, da periferia ao centro, da maioria a minoria, eliminando o desperdício de uma superestrutura política excessivamente complicada. (Wallerstein, 1999, p.22).

Tendo por referência a citação acima, foi a economia-mundo européia quem primeiro garantiu seu “sucesso” no mundo moderno, quem inicialmente “embarcou no caminho do desenvolvimento capitalista”. Com as técnicas do capitalismo⁵ moderno e a tecnologia da ciência moderna, esta economia pôde crescer, produzir e se expandir sem a emergência de uma unificada estrutura política.

um sistema mundial, não por incluir a totalidade do mundo, mas pelo fato de ser maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. (Wallerstein, 1999, p.21).

⁵ Segundo Wallerstein, “o que faz o capitalismo é oferecer uma fonte alternativa e mais lucrativa de apropriação do excedente (ao menos mais lucrativa no longo prazo)”. (idem., p.23).

Mas como esta conseguiu realizar tal sucesso? A pergunta é central, pois é no caminho desta conquista que se deram as transformações sociais presentes na passagem para o mundo moderno. E para respondê-la, primeiramente será apresentado no capítulo inicial um modelo de análise das “economias-mundos”, útil para preparar o diálogo subsequente, para propor um “vocabulário apropriado”. Com o auxílio deste modelo, partiu-se em busca de rastrear as origens e o funcionamento da economia-mundo européia, diante de duas perspectivas cronologicamente distintas: wallersteiniana e braudeliana. Isto foi feito nos capítulos segundo e terceiro. Na tentativa de ajudar a compreender o sucesso da economia-mundo européia, o quarto capítulo retomou à questão de buscar explicações referentes ao por quê das outras economias-mundos não terem seguido o caminho do desenvolvimento capitalista. Por fim, na conclusão foi feita uma síntese das argumentações expostas nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1: ECONOMIAS-MUNDOS: um modelo de análise

Este primeiro capítulo teórico pretende seguir os passos de Fernand Braudel, re-presentando em linhas gerais o modelo de análise das economias-mundos, proposto por Immanuel Wallerstein.

Inicialmente as economias-mundos são estudadas em função do próprio espaço que ocupam, já que não existiriam sem um “espaço próprio e significativo”. Estes espaços são estudados primeiro somente em função da “ordem” econômica – que por sinal ocupa todo o espaço de uma determinada economia-mundo. Depois, em função das demais ordens – a política, a sociedade e a cultura – que também não deixam de estar presentes nestes espaços, e de neles exercerem suas influências. Posteriormente, é procurada uma “unidade temporal de referência” para as economias-mundos – em especial para a economia-mundo européia – afim de melhor compreender estes “monstros históricos”.

1.1. As economias-mundos em face das divisões do espaço

Inicialmente, convém alertar ao leitor que a expressão “economia-mundo” não deve ser confundida com outra expressão bem mais conhecida, a “economia mundial”. Esta última se estende a todo o globo e de acordo com Sismondi (1971, p.19) *apud* Braudel (1998, p.12), ela representa “o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e que hoje constitui, de certo modo, um único mercado”. Já a economia-mundo “(...) envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”. (Braudel, 1998, p.12).

Já há muito tempo as economias-mundos estiveram presentes na história da humanidade. Braudel diria que a Fenícia antiga já esboçava uma economia-mundo. Cartago, o universo helenístico, o Islã e Roma também fariam parte dos fragmentos do universo economicamente autônomo. Somente a partir do século XI é que a Europa elabora o que virá a ser sua primeira economia-mundo, e isso para Braudel. Já Wallerstein (1999)

vê este processo de elaboração se realizar só séculos mais tarde, durante o “longo século XVI”, período que se estende de 1450 à 1640.

É por ser suficientemente rica a matéria das economias-mundos – existem uma série de exemplos de economias-mundos, apesar de não muito numerosos –, que Braudel pôde perceber algumas “regras tendências” que as definem:

A primeira delas revela que o espaço de uma economia-mundo varia lentamente, o que por sua vez colabora com sua identificação no espaço:

Os limites de uma economia-mundo situam-se onde começa uma outra economia do mesmo tipo, ao longo de uma linha, ou melhor de uma zona que, de um e outro lado, não há vantagens, economicamente falando, em transpor, a não ser em casos *excepcionais*. Para o grosso dos tráficos, e nos dois sentidos, a perda ultrapassaria o ganho. Por isso, como regra geral, as fronteiras das economias-mundos se apresentam como zonas pouco animadas, inertes. (Braudel, 1998, p.16-7, grifo do autor).

Braudel sugere que se deva medir estas fronteiras – que certamente representam verdadeiros obstáculos, barreiras impostas pela natureza e que são difíceis de transpor – “(...) pois é no interior dessas dificuldades que se estabelecem, crescem, duram e evoluem as economias-mundos”. (idem, p.17).

A segunda regra mostra que no interior do espaço ocupado por uma determinada economia-mundo, haverá sempre a presença de um único “pólo” dominante, isto é, de uma cidade que pelo menos já esboce um certo “capitalismo dominante”:

Uma economia-mundo possui sempre um pólo urbano, uma cidade no centro da logística de seus negócios: as informações, as mercadorias, os capitais, os créditos, as cartas comerciais chegam a ela e dela voltam a sair. Nela, quem dita as leis são grandes comerciantes, por vezes excessivamente ricos. (idem, p.20).

Este pólo urbano nunca está só, vive cercado de outras cidades que o assistem e o servem, o que representa um primeiro sinal pelo qual se pode distinguir esta “supercidade” das demais. É através do “sacrifício desejado ou não” de outras cidades, que o pólo urbano mantém o seu “alto nível de vida”.

Contudo, convém lembrar que esta “supercidade” ou “cidade-mundo” não mantém esta posição de destaque eternamente. Existem outras “cidades com vocação internacional” que a rivalizam constantemente, e que um dia acaba por substituí-la de vez. Nas palavras de

Braudel (1998, p.24), “o sucesso de um é, num prazo mais ou menos longo, o recuo do outro”. Como se verá adiante, este prazo varia de um a dois séculos.

As cidades dominantes não são *in aeternum*: substituem-se umas às outras. Verdade na cúpula, verdade a todos os níveis da hierarquia urbana. Essas transferências, onde quer que se produzam (no cume ou na encosta), de onde quer que venham (por razões puramente econômicas ou não), são sempre significativas: rompem histórias tranquilas e abrem perspectivas tanto mais preciosas quanto são raras. (idem, p.22).

Quando o pólo urbano de uma determinada economia-mundo é substituído, os abalos desta transformação podem ser sentidos presumivelmente em todo o círculo deste universo, até mesmo na periferia mais longínqua. E mais, estas repercussões nunca são exclusivamente econômicas, elas chegam mesmo a alcançar a outros maciços grupos da história, a exemplo da cultura, da política e da sociedade.

E estas evoluções, substituições fazem mudar não somente de endereço as “capitais” das economias-mundos. Mudam também os “arsenais” pelas quais estas exercem a dominação sobre as demais regiões que as envolvem. Ao longo da história, tanto as formas de dominação econômica como política, a despeito da navegação, dos negócios, das indústrias, dos créditos, da “violência política” e outras, vão armando mais ou menos bem estas cidades centrais.

Por fim, a terceira e última regra clareia o esquema espacial da economia-mundo. Nela, estariam desenhadas pelo menos três áreas distintas:

um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. E, obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para a outra. (idem, p.29).

Assim, é no centro de uma economia-mundo que se encontra tudo o que há de mais avançado e diversificado. No “anel seguinte”, o das regiões secundárias, nota-se a presença de apenas partes dessas vantagens, parte do desenvolvimento. Quanto às margens exteriores ou periferias, estas são sempre regiões preferidas pelo arcaísmo, pela pobreza, pelo atraso e pela “exploração fácil por parte dos outros”.

Contudo, não se pode espantar com a clara presença de um espaço “hierarquizado” em qualquer economia-mundo. E deve-se ressaltar que são as desigualdades de toda ordem,

existentes entre as diferentes zonas de uma determinada economia-mundo, que bem asseguram o funcionamento desta.

No plano econômico, as desigualdades existem e persistem porque as diversas zonas da economia-mundo se voltam por vontade ou não para um mesmo e único ponto, a zona central. E isto é possível devido às múltiplas ligações existentes entre todos os mercados abarcados por esse imenso espaço. Estas ligações entre cadeias de mercados locais e regionais vão sendo organizadas por uma cidade dominante ao longo dos séculos. Periodicamente, as economias locais são integradas, reordenadas racionalmente em benefício de uma zona e de uma cidade dominante, e isto por um ou dois séculos até que um novo “organizador” venha a surgir. “É como se a *centralização* e a *concentração* dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da *acumulação*”. (idem, p.26, grifo do autor).

Entretanto, nem todas as economias foram totalmente integradas, reordenadas. Existem espaços, mesmo na atualidade (em que a economia-mundo confunde-se com a economia mundial), em que determinadas economias locais ainda não foram integradas à favor do organizador. São as “zonas neutras” que se situam fora das margens do mercado, que permanecem “quase fora das trocas e das misturas”. São zonas que vivem à margem da história triunfante, e que acabam por semear o mapa do mundo com inúmeras “manchas brancas onde não há escuta”.⁶

Mas é no espaço semeado pelas manchas escuras, aonde há escuta, que necessariamente se encontram ao mesmo tempo “todas as realidades da história [triumfante], todas as partes envolvidas da extensão”. (idem, p.12). Os Estados, as sociedades, as culturas e as economias formam as partes, ou melhor, os “conjuntos” que estão presentes nesse espaço, e que de alguma forma nele interferem.

Em determinada época da história e em determinada região do globo, poderia o conjunto da economia ser chamado de economia-mundo. E isso porque esse conjunto manteria a mais ampla zona de coerência nesta época e nesta região. Mas o interessante a notar, é que sendo assim, o espaço ocupado pelo conjunto da economia englobaria os

⁶ Para um estudo aprofundado destas “zonas neutras”, ver o primeiro volume (As estruturas do cotidiano) desta mesma obra. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*, de Fernand Braudel.

demais espaços dos outros conjuntos. Em outras palavras, o espaço ocupado por uma determinada economia-mundo abrangia realidades econômicas e não econômicas.

Se os conjuntos necessariamente interferem no espaço, e se a economia-mundo ocupa o espaço de todos os conjuntos sociais aqui definidos – além das economias, as sociedades, os Estados, as culturas –, logo todos os conjuntos sociais interferem no espaço ocupado por uma determinada economia-mundo. E como aqui se pretende estudar as economias-mundos em função dos espaços por elas ocupados, conseqüentemente é também preciso compreender, além do conjunto da economia anteriormente enfatizado, os outros conjuntos sociais que interferem na economia-mundo.

Conforme mostrou Braudel,

seja qual for a evidência das sujeições econômicas, sejam quais forem as suas conseqüências, seria um erro imaginar a ordem da economia-mundo governando toda a sociedade, determinando, por si só, as outras ordens da sociedade. Pois há outras ordens. Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades – a cultura, o social, a política – que incessantemente interferem nela para favorecer, ou então para a contrariar. (idem, p.35).

Entretanto, cabe lembrar que no caso de se estudar estas ordens em separado, não é simples fazer a dissociação destas, e isto porque na “realidade vivida” todas permanecem misturadas. E só foram separadas por uma questão de inteligibilidade.

Braudel (1998, p.35) chega a afirmar que a “economia é política, cultura, sociedade; a cultura é economia, política, sociedade, etc”. Com efeito, a característica específica da economia de se expandir, de superar o seu espaço, não deixa de se evidenciar nos demais conjuntos sociais. “Todos comem espaços, tentam estender-se”, assim como todos procuram definir suas zonas.

Assim, um determinado Estado surge dividido também em três zonas: a capital, cujo poder central lhe pertence, e o objetivo é sempre preservá-lo, o que é feito através da constante vigilância dos acontecimentos mais próximos e mais distantes a ela. Os mais próximos se dariam, além da capital, na zona provincial (semiperiferia). E os mais longes na zona colonial (periferia). “Com efeito, no centro da economia-mundo aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado”. (idem, p.40).

Wallerstein acredita que no centro das economias-mundos, os Estados não poderiam deixar de ser fortes, de ser capazes de aumentar as cargas fiscais em caso de necessidade, de garantir o crédito e liberdades mercantis, de “disciplinar o povão das cidades”. Braudel acrescenta que estes Estados também não poderiam deixar de estar

mais ou menos dependentes de um capitalismo precoce, já com dentes crescidos. O poder é partilhado entre eles e ele. Nesse jogo, sem sucumbir a ele, o Estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo. Servindo aos outros, servindo ao dinheiro, ele serve a si mesmo. (idem, p.42).

Mas se no centro os governos não de ser fortes, o mesmo não acontece nas suas periferias. Nelas, “os governos respiram mal no vasto mundo”. E tudo muda ainda mais, quanto mais se afasta da região central, isto é, quanto mais próximo se está das margens de uma economia-mundo. “É aí que se situam colônias que são populações escravas despojadas do direito de se governarem”. (idem, p.43).

Quanto às formas sociais, deve ser dito que elas também têm as suas “geografias diferenciais”. Braudel chega a se questionar “até onde vão, por exemplo, no espaço, a escravatura, a servidão, a sociedade feudal?” E em seguida afirma que “a sociedade muda completamente segundo o seu espaço”. Numa dada economia-mundo, ao longo dos séculos, mudar de uma zona para a outra, da região periférica à central, é passar sequencialmente da escravatura, à servidão e ao assalariado. (idem, p.50 a 53).

Os modos sociais de exploração se revezam, se complementam. O que é possível existir no seio de uma economia-mundo, não o é nas diversas periferias. Isto porque é no centro que está à abundância dos homens, das transações. Na periferia este número é reduzido, as transações não obedecem à mesma velocidade e volume. Em suma, de uma ponta a outra do “território” econômico, “há regressão econômica, regressão histórica”.

Para Immanuel Wallerstein, “(...) o modelo da economia-mundo, no seu testemunho social, estabelece que há coexistência dos “modos de produção”, do escravagismo ao capitalismo, que este só pode viver cercado pelos outros, em detrimento dos outros”. (idem, p.53).

Os modos de produção mais avançados dependem dos menos avançados, e vice versa. E essa dependência mútua vem necessariamente acompanhada de intensos conflitos sociais. Em toda sociedade há mesmo a presença de forças em conflito, pois não há

sociedade sem hierarquia. Fredric Jameson (2001) chega a dizer que para se ter uma visão da sociedade, é preciso identificar as “forças implicadas”.

Sem esquecer da ordem cultural, cabe ao menos dizer que esta assim como à econômica, é também uma ordem organizadora do espaço. Possui os seus sucessivos círculos, que correspondem naturalmente à conquista de espaço.

Até aqui, pretendeu-se re-apresentar, a grosso modo, o modelo de análise das economias-mundos, proposto por Wallerstein. Nesta re-apresentação foram estudadas inicialmente a ordem das economias-mundos (econômica) em função das diversas zonas que as compõem (centro, semiperiferia, periferia), e em seguida as demais ordens que influenciam nestes espaços – a ordem política, hierarquia social e cultural.

Entretanto, apesar de essencial, não basta apenas estabelecer a divisão do espaço das diferentes zonas das economias-mundos, e das suas diversas ordens que incessantemente às influenciam. Segundo Braudel, a tarefa de Wallerstein não estaria terminada.

Dividir segundo o espaço é indispensável. Mas é necessário também uma unidade temporal de referência. Pois, no espaço europeu sucederam-se várias economias-mundos. Ou melhor, a economia-mundo européia mudou várias vezes de forma desde o século XIII, deslocou o seu centro, redefiniu as suas periferias. Então, não deveremos perguntar-nos qual é, para uma dada economia-mundo, a unidade temporal de referência mais longa e que, a despeito de sua duração e das múltiplas alterações, conserva, ao longo do tempo, uma inegável coerência? De fato, sem coerência não há medida, quer se trate do espaço, ou do tempo. (Braudel, 1998, p.58).

1.2 As economias-mundos em face das divisões do tempo

Como visto, a questão de situar cronologicamente para compreender as economias-mundos (em particular à economia-mundo européia), foi levantada por Fernand Braudel. Mas, ainda para este notável autor, esta tarefa é considerada pouco fácil, pois estes monstros históricos nos seus lentos desenvolvimentos, admitem tão somente datas aproximadas, e determinada “centragem” ou “recentragem” chega a levar mais de um século para completar-se.

Outra dificuldade que Braudel aponta consiste em mergulhar na história conjuntural, afim de que esta possa “iluminar o nosso caminho”. O problema é que na análise das

economias-mundos, o interesse está em examinar as flutuações e oscilações lentas. E como se sabe, a história conjuntural não se interessa pelos tempos longos, mas sim pelos curtos. E ainda, o exame da história conjuntural é extremamente complexo e incompleto.

Há múltiplas conjunturas, que afetam a economia, a política, a demografia, mas também as tomadas de consciência, as mentalidades coletivas, uma criminalidade com os seus altos e baixos, as sucessivas escolas artísticas, as correntes literárias, até as modas. (...) Só a conjuntura econômica foi estudada à sério, quando não levada às suas últimas conclusões. (idem, p.59).

Com respeito a esta conjuntura econômica, sobretudo a dos preços, nota-se a incessante variação destes já desde os séculos pré-industriais. E o importante a se observar, é que estas flutuações representam um sinal da instalação precoce de redes de mercados.

Os economistas ao estudarem as oscilações dos preços, deduziram que a partir destas, diversos movimentos acabavam por se impor. Uns mais curtos (conjunturais), outros mais longos (estruturais). A estes momentos deram o nome de ciclos. Assim, *Kitchin* aparece representando um ciclo curto, com duração de 3 a 4 anos; *Juglar*, outro ciclo, com duração de 10 a 12 anos; o ciclo de *Kondratieff* com duração aproximada de 50 anos; por fim, o *Trend* secular ou ciclo secular, *record* de duração, estende-se através dos séculos.

A este último ciclo, uma atenção especial deve ser dada, pois ele é o melhor candidato para preencher a vaga de “unidade temporal de referência”, que virá a exercer a função de procurar identificar se há ou não alguma coerência cronológica no destino das economias-mundos.

O *trend* secular é um processo cumulativo. Acrescenta-se a si mesmo; tudo se passa como se ele fosse elevando pouco a pouco a massa dos preços e das atividades econômicas até o momento em que, no sentido inverso, com a mesma obstinação, põe-se a trabalhar por sua baixa geral, imperceptível, lenta, mas prolongada. Ano a ano, ele quase não conta; século após século, revela-se um ator importante. Assim, se tentássemos medir melhor o *trend* secular e sobrepô-lo sistematicamente a história européia (como Wallerstein lhe sobrepôs o esquema espacial da economia-mundo), poderíamos extrair certas explicações a propósito das correntes econômicas que nos arrastam, a que somos submetidos, ainda hoje, sem que sejamos capazes de compreendê-las exatamente nem de termos certeza quanto aos remédios a lhes aplicar. (idem, p.64-5).

Assim como qualquer outro ciclo, o *trend* secular, tem um ponto de partida, um pico e um ponto de chegada. Segundo dados de G. Imbert, quatro sucessivos ciclos seculares para a *Europa* foram identificados: 1250 [1350] 1507-1510; 1507-1510 [1650] 1733-1743; 1733-1743 [1817] 1896; 1896 [1974?].⁷

As primeiras datas assinalam o início das subidas; as datas intermediárias apresentadas entre colchetes representam os picos (ponto culminante), o equivalente às crises; e as últimas datas equivalem ao fim das descidas de cada ciclo.

A importância deste ciclo para este estudo está em saber se estes longos movimentos esclarecem ou não o destino das economias-mundos. “Se estas [datas], a despeito do seu peso e da sua duração, chegam a esses movimentos, os mantêm, submetem-se a eles e, explicando-os, explicam-se através deles”. (Braudel, 1998, p.65).

Fernand Braudel, ao se colocar apenas nos observatórios que dizem respeito aos períodos de crises europeias (1350-1650-1817-1974), registrou uma certa correspondência entre estes períodos e as significativas rupturas da história da economia-mundo europeia.

Mas para esclarecer toda a questão, dever-se-ia construir uma tipologia dos períodos seculares, os que estão em baixa, as crises marcadas pelos pontos altos e os períodos em alta. E nestes três casos (subida, crise, descida), classificá-los e dividi-los segundo os três círculos de Wallerstein (centro, semiperiferia, periferia), e também conforme os quatro conjuntos sociais propostos por Braudel (economia, política, cultura, hierarquia social).

Em brevíssimo resumo, têm-se a dizer que as subidas seculares carregam consigo o desenvolvimento evidente da economia, do Estado, da cultura e da ordem social. A exemplo da “subida” do século XVI,

[na Europa] todas as feridas se curam, todas as avarias se reparam, todos os recuos são compensados” e isso em todos os domínios: a produção em geral é boa, o Estado tem os meios de ação, a sociedade deixa crescer o reduzido contingente da sua aristocracia, a cultura segue seu caminho, a economia, que apóia a ascensão da população, complica os seus circuitos; estes, prestando-se à proliferação da divisão do trabalho, favorecem a alta dos preços; aumentam as reservas monetárias, os capitais acumulam-se. Por outro lado, toda alta é conservadora; ela protege o sistema existente; favorece todas as economias. (idem, p.72-3).

⁷ Braudel considera o primeiro destes marcos, o menos seguro. Ele escolheria como ponto de partida o principio do século XII (por volta de 1150), ao invés de 1250.

É de notar, que a citação anterior privilegiou o panorama do círculo ou da zona central. Mas quanto aos demais círculos? Trazem consigo também este notável desenvolvimento de toda ordem? Sem dizer o suficiente, paradoxalmente parece ser no “fluxo” destas subidas que às massas que compõe os demais círculos se vêem sacrificadas. Para ressaltar ao menos aspectos do conjunto da economia, é neste período que uma massa crescente de homens dos “mundos diversos” (semiperiferia/periferia) são sobrecarregados para dar condição ao aumento da produção. Os salários reais não acompanham as subidas dos preços, e se vêem então degradados. Enfim, o progresso das altas esferas é na verdade pago com o suor dessas massas.

Como propõe Braudel, é quando essa multiplicação dos esforços das massas de homens, das suas trocas deixa de ser compensada pelo aumento da produtividade, que talvez se atinja a crise, e o movimento raro inicie-se: o começo da inversão, do declínio. E o que tem esse período a dizer?

As crises marcam o início de uma desestruturação: um sistema-mundo coerente que se desenvolveu com facilidade deteriora-se ou acaba de se deteriorar e um outro sistema vai nascer, com muitas tergiversações e atrasos. Essa ruptura apresenta-se como resultado de uma acumulação de acidentes, de avarias, de distorções. (idem, p.72).

A crise marca o início do “refluxo”, o firmamento da recentragem de um novo pólo dominante de uma determinada economia-mundo. E como já foi dito, quando isto ocorre, os abalos são sentidos muito longe, isto é, nos demais círculos. E as repercussões nunca são mesmo exclusivamente econômicas.

Esta virada aponta para o movimento contrário. Uma vez presente a crise, inevitavelmente o “refluxo” irá por muito mais tempo se impor, a prolongada descida é certa.

Com as quedas prolongadas e insistentes, a paisagem muda: as economias saudáveis só se encontram no centro da economia-mundo. Há recuo, concentração em benefício de um único pólo: os Estados tornam-se briguentos, agressivos. (...) Quanto à alta sociedade, em tempos economicamente maus, ela luta, entrincheira-se, restringe o seu volume (...) Mas a cultura tem então o mais estranho dos comportamentos: se ela intervém com força (como o Estado) durante esses longos refluxos, decerto é porque uma das suas vocações é preencher as lacunas e as brechas do conjunto social. Não será também porque a atividade cultural é a menos dispendiosa de todas? (idem, p.73).

Como de costume, a citação precedente enfocou apenas para a sorte dos privilegiados, da elite que compõe ao círculo central. Para os demais círculos, cabe ao menos exemplificar, que foi durante o período “mais sombrio do declínio europeu”, situado entre 1350 e 1450, que a vida cotidiana do povo viveu uma espécie de “idade do ouro”. Se no fluxo, as massas se viam sobrecarregadas, no refluxo a melhoria de vida destas não lhes é estranha. Mas infelizmente nem tudo é um mar de rosas. Não se deve esquecer que a melhoria de alguns não deixa de exigir “enormes sacrifícios prévios”. Para seguir com exemplo de 1350, foi também a partir deste período que milhões de pessoas morreram para que a melhoria de vida pudesse sorrir aos sobreviventes poupados pela peste.

2. A CIVILIZAÇÃO FEUDAL NA EUROPA OU A ECONOMIA-MUNDO EUROPÉIA JÁ EM FUNCIONAMENTO (1150-1450)?

O capítulo teórico precedente procurou examinar o modelo das economias-mundos diante das divisões do espaço e do tempo. Nele, não foi casual o privilégio dado à economia-mundo européia, pois como se observou na introdução, o exame das mudanças sociais que deram origem à criação do mundo moderno deveriam ser examinados à luz das origens e funcionamento desta economia-mundo, e não de outras.

Sendo assim, a partir de quando na história é que se deve rastrear as origens desta economia-mundo? Sobre esta questão, parece já estar claro que não há um consenso entre os autores que aqui estão sendo pesquisados. Para Wallerstein, estas origens deveriam começar a ser rastreadas somente a partir de 1450, quando a Europa se encontra pronta para iniciar o processo de criação da sua economia-mundo, e por sua vez provocar as enormes transformações sociais originárias dos tempos modernos. Contrariando esta visão, Braudel afirma que o “problema da modernização” – ou como se queira, da criação da economia-mundo européia – deveria começar a ser examinado com séculos de antecedência em relação ao que propõe Wallerstein. Para ele, desde o século XI a Europa inicia o processo de constituição de uma economia-mundo.

Contudo, este capítulo pretende mostrar de maneira bastante resumida, o que se passava na Europa durante o período que se estende aproximadamente dos séculos XI e XII a meados do século XV. Inicialmente sob a perspectiva wallersteiniana são estudadas às condições primitivas da economia-mundo européia, até então considerada apenas uma civilização feudal. Posteriormente, na perspectiva braudeliiana, será examinado o precoce nascimento da economia-mundo européia.

2.1. O feudalismo na Europa em fins da Idade Média sob a perspectiva de Immanuel Wallerstein

Este item tem por prioridade compreender não só como estavam organizadas as “estruturas” do velho continente europeu em fins da Idade Média, mas também entender

porque estas estruturas medievais viriam a dar espaço para o surgimento de modernas estruturas.

Antes, convém alertar o leitor que nas explicações que se seguirão não serão feitas analogias com o modelo das economias-mundos anteriormente apresentado. Isto se explica pelo fato de que, na perspectiva Wallersteiniana, à observação do período em questão (1150-1450) alcança apenas as condições primitivas da economia-mundo européia.

Dito isto, a análise prossegue na Europa do século XII, quando em grande parte desse continente havia uma civilização cristã, mas não uma economia-mundo, como pensa Immanuel Wallerstein. A forma de organização feudal abrangia a maior parte da Europa. Nestas áreas existiam nódulos econômicos relativamente pequenos e relativamente auto-suficientes, baseados na forma de exploração que supunha a apropriação do pequeno excedente agrícola produzido no seio de uma economia senhorial, por uma pequena classe de nobres.

O que devemos visualizar quando falamos de feudalismo na Europa ocidental, é uma série de minúsculos nódulos econômicos cujas populações e produtividades estavam em lento crescimento, e em que os mecanismos legais garantiam que o grosso do excedente fosse parar nas mãos dos *terratinentes* [proprietário de terras] que tinham *status* de nobreza e possuíam o controle da máquina jurídica. Dado que uma boa parte deste excedente estava em espécie, resultava escassamente benéfico ao menos que pudesse ser vendido. Apareceram cidades e com elas artesãos que compravam o excedente e os trocavam por seus produtos. Uma classe mercantil surgiu de duas fontes distintas: Por uma parte dos agentes dos *terratinentes*, que às vezes se independizavam, assim como dos camponeses de tamanho intermediário que depois dos pagamentos ao senhor retinham suficiente excedente para vendê-lo no mercado. Por outra parte, dos agentes dedicados ao mercado de longa distância (frequentemente firmados nas cidades-Estados do norte da Itália, e mais tarde das cidades hanseáticas), que capitavam defeituosas comunicações em consequência das grandes disparidades de preços de uma área a outra, especialmente quando certas áreas sofriam calamidades naturais. (Wallerstein, 1999, p.26-7).

Com base na citação anterior, pode-se afirmar que o feudalismo não deve ser considerado como algo contrário ao comércio. Na verdade, “até certo ponto”, o feudalismo seguia unido à expansão comercial.⁸ Era a produção de alimentos e o artesanato, além de intercâmbios no seio de pequenas regiões econômicas, que seguiam sendo as principais atividades econômicas do sistema feudal.

⁸ Um sistema feudal somente podia manter um determinado nível de volume de comércio a longa distância em detrimento ao comércio local. Para uma discussão mais detalhada deste ponto, ver Wallerstein, 1999, p.29.

Apesar de limitado, o nível de atividade comercial foi se expandindo. E por conseqüência, diversos núcleos econômicos também se expandiram. Novas terras fronteiriças foram cultivadas, novas cidades foram fundadas. As cruzadas deram suporte para algumas vantagens da pilhagem colonial. Enfim, de aproximadamente 1150 ao ano 1300, a Europa viveu uma expansão sob o marco do modo de produção feudal. Uma expansão simultaneamente geográfica, comercial e demográfica.

E em algum momento, ao longo do século XIV, esta expansão se deteve. E desde aproximadamente 1300 até 1450, o que havia se expandido se contraiu de novo nos três níveis: da geografia, do comércio e da demografia. Reduziram-se as áreas cultivadas. A população diminuiu. Ao longo de toda Europa e também para além dela apareceu uma crise, que se expressava em guerras, enfermidades e dificuldades econômicas. Mas de onde surgiu esta crise, e quais foram as suas conseqüências?

Para responder a esta pergunta Wallerstein faz uma revisão das principais argumentações dadas por alguns autores. Para iniciar, Edouard Perroy (1949) considera que a crise do feudalismo foi uma conseqüência de se haver alcançado um “ponto ótimo” no processo de expansão. A tecnologia agrária e artesanal existente não mais acompanhava o crescimento da população, levando à escassez de alimentos, que por sua vez acarretou à aparição de epidemias.

O abastecimento estável de moeda conduziu a uma moderada subida dos preços, que atingiu seriamente aos receptores de rendas (os *terratenentes*). A lenta deterioração desta situação fez agravar a causa da guerra dos Cem Anos, que fez com que os sistemas estatais passassem a uma economia de guerra, o que por sua vez pressionou para que houvesse uma maior necessidade de arrecadar impostos. A elevação da carga fiscal reduziu o consumo, com conseqüente queda na produção e na circulação de moeda. Isto acarretou a uma crise de liquidez, levando os reis a buscar empréstimos, que eventualmente causavam problemas de insolvência dos tesouros reais. Por fim, tudo isto conduziu ao atesouramento, o qual por sua vez alterou o esquema do comércio internacional.

Observando as considerações de Perroy, R. H. Hilton (1951) alegou que esta crise não era um simples fenômeno conjuntural, “um ponto nos altos e baixos das tendências cíclicas”. Ele encara a crise do feudalismo como a “culminação de mil anos de desenvolvimento, a crise decisiva de um sistema”.

Durante os últimos séculos do império romano, ou durante a Idade Média, a sociedade se viu paralisada pelo gasto crescente de uma superestrutura social e política, gasto ao que não correspondia um incremento compensador nos recursos produtivos da sociedade. (Hilton, 1951, p.27, *apud* Wallerstein, 1999, p.33).

Como Perroy, Hilton adverte que a causa imediata do dilema podia ser localizada nas limitações tecnológicas. Entretanto, o que ele sublinha é que em função das limitações inerentes do sistema de incentivos da organização social feudal, “não havia nenhuma grande re-inversão de benefícios na agricultura que pudesse incrementar a produção significativamente”. (Hilton, 1951, p.28, *apud* Wallerstein, 1999, p.33).

O que nos oferece a insistência de Hilton na crise⁹ geral do feudalismo, por cima do sentido conjuntural de Perroy, é que pode explicar as transformações sociais que estes desenvolvimentos supuseram. Já que se havia superado o grau ótimo da produtividade de um sistema e a recessão econômica estava levando a uma guerra de classes generalizada entre senhores e camponeses, assim como de lutas ruinosas no seio das classes senhoriais, então a *única solução* que poderia tirar a Europa Ocidental de se ver estancada e dizimada, seria uma melhor distribuição do bolo econômico a repartir, solução que requeria, dada a tecnologia existente naquele tempo, uma expansão dos territórios e da base da população para sua exploração. Foi o que ocorreu nos séculos XV e XVI. (Wallerstein, 1999, p.33-4, grifo nosso).

Há ainda uma terceira explicação para a crise do século XIV e a conseqüente expansão dos séculos XV e XVI. Nesta, os argumentos se fazem em torno ao meio físico: clima, epidemiologia e condições do solo. Resumindo: a mudança das condições meteorológicas européias foi tal que reduziu a produtividade do solo, o que por sua vez incrementou simultaneamente as epidemias.

[Contudo], a crise do feudalismo representava uma conjuntura de tendências seculares, uma crise cíclica imediata, e uma declinação climatológica.

Foram precisamente estas imensas pressões desta conjuntura que tornou possível a enormidade da mudança social. Porque o que a Europa viria a desenvolver e sustentar a partir de então era uma nova forma de apropriação do excedente, uma economia-mundo capitalista. Não ia estar baseada na apropriação direta do excedente agrícola, em forma de tributo (como havia sido o caso dos impérios-mundos) ou de rendas feudais (como havia

⁹ Esta crise foi visível não só na esfera da economia e da política, mas também na esfera cultural. Em resumo “a síntese cristiana medieval se viu submetida a um ataque por todos os lados e em todas as formas que posteriormente seriam consideradas como os primeiros passos do pensamento ocidental moderno”. (Wallerstein, 1999, p.52).

sido o sistema do feudalismo europeu). Em seu lugar, o que viria a se desenvolver era a apropriação de um excedente baseado em uma produtividade mais eficiente e ampliada (em primeiro lugar na agricultura e posteriormente na indústria), por meio do mecanismo do mercado mundial, com a assistência artificial (ou seja, arena do mercado) dos aparelhos do Estado, dos quais nenhum controlava em sua totalidade o mercado mundial. (idem, p.53).

Com base na citação anterior, pode-se considerar as tendências seculares, a crise cíclica e a declinação climatológica como os “princípios motores” que impulsionaram a criação da economia-mundo europeia capitalista, e ao mesmo tempo o surgimento das novas estruturas que viriam a compor o mundo moderno.

Para Immanuel Wallerstein, a unidade de tempo significativa para a completa criação da economia-mundo europeia, é o período que vai de 1450 até 1640 ou durante o longo século XVI – já que os séculos históricos não precisam ser necessariamente cronológicos.

Mas antes de iniciar a análise do processo de criação desta economia-mundo – que afinal teria provocado as enormes transformações sociais que estiveram presentes nas origens dos tempos modernos –, convém examinar este processo sob uma nova perspectiva cronológica, a de Fernand Braudel.

2.2. A economia-mundo europeia na criação do mundo moderno sob a perspectiva de Fernand Braudel

Este item tem por objetivo maior apresentar, diante de uma nova perspectiva temporal para a criação da economia-mundo europeia – e aí sim com o auxílio do “vocabulário” utilizado no capítulo inicial –, um inesperado início para a análise da modernidade europeia.

Para Fernand Braudel, o processo de criação da economia-mundo europeia não se passou no século XVI, como crê Wallerstein. Para ele, esse desenvolvimento ocorreu muito antes, já entre os séculos XI e XIII. Embora Braudel estivesse interessado em tratar da história do mundo somente a partir do século XV em diante, ele acredita que:

Valeria a pena, (...), sair dos limites cronológicos desta obra (...) para ver de forma concreta o nascimento de uma economia-mundo, graças à hierarquização e à associação ainda

imperfeitas dos espaços que irão constituí-la. As grandes linhas e articulações da história da Europa encontram-se já então desenhadas e o problema da modernização do pequeno continente vê-se colocado numa perspectiva mais *longa* e mais correta. Com as zonas centrais emergentes, esboça-se quase obrigatoriamente um protocapitalismo e a modernização apresenta-se não como a *passagem simples* de um estado de fato para outro, mas como uma série de etapas e de passagens, sendo as primeiras bem anteriores ao clássico Renascimento do fim do século XV. (Braudel, 1998, p.78, grifos nosso).

Convém então seguir os passos de Braudel, ver sob sua perspectiva o nascimento da economia-mundo européia, rastrear as primeiras mudanças (os seus “princípios motores”) que deram o impulso inicial para toda a série de “etapas” e “passagens” que estiveram presentes na “longa” viagem da modernização da Europa.

Braudel conta que nesta longa gestação as cidades desempenharam os papéis principais. Foram criados vínculos entre regiões até então estranhas umas às outras. Surgem ou reanimam-se inúmeras cidades no cruzamento dos tráficos. Enfim, o fato crucial é que a Europa enche-se de cidades.¹⁰

A cidade é um universo em si, protegida por seus privilégios, um universo agressivo, obreiro obstinado da *troca desigual*. E é a cidade, mais ou menos viva conforme os lugares e as épocas, que assegura o crescimento geral da Europa. Deverá ela esse papel ao fato de crescer e se desenvolver num mundo rural previamente organizado e não num vazio, como as cidades do Novo Mundo. Em suma, ela dispôs de material para trabalhar e para crescer à custa dele. E ainda por cima o Estado, tão lento para se constituir, não está presente para incomodar: (idem, p.79 e 81, grifo nosso).

Segundo B. H. Slincher van Bath (1963, p.24), *apud* Wallerstein (1999, p.25-6), a Europa Ocidental do ano 500d.C a 1150 estava imersa em um “consumo agrícola direto”, o que não quer dizer que ela estivesse mergulhada em uma agricultura de subsistência, e sim imersa em um “sistema de auto-suficiência parcial”. Parcial precisamente porque apesar de produzir a sua própria alimentação, a maioria da população agrícola também a fornecia, através da troca, para a população não agrícola. A partir de 1150 – data considerada por Braudel como o ponto inicial da subida ou “fluxo” secular – a Europa Ocidental haveria de chegar à etapa do “consumo agrícola indireto”, a situação em que ainda estamos hoje em dia vivendo. Esta passagem só foi possível graças à circulação dos excedentes da produção rural.

¹⁰ A cidade “quando renasce na Europa, com o século XI, começa a ascensão do pequeno continente”. (Braudel, 1997, p.439).

Comentando o trabalho de Bath (1966, p.24), Braudel (1998, p.81) acrescentou que ao mesmo tempo em que se realizava a passagem para o consumo agrícola indireto, uma outra passagem também pôde ser observada. A da “economia doméstica” para uma “economia de mercado”, e isso em grandes superfícies. A cidade atrairia para si toda atividade artesanal, criaria um monopólio da fabricação e venda dos produtos industriais.¹¹ Braudel considera todo este processo como uma “enorme ruptura” e como o verdadeiro Renascimento europeu, que antecede dois ou três séculos o tradicional Renascimento do século XV.

Quais foram as condições necessárias para que todo este processo de expansão viesse a acabar nessa enorme ruptura? Braudel responde que:

foi necessário que simultaneamente aumentasse o número de pessoas, se aperfeiçoassem as técnicas agrícolas, renascesse o comércio e a indústria tivesse o seu primeiro crescimento artesanal para que finalmente se criasse em *todo* o espaço europeu uma rede urbana, uma superestrutura urbana, ligações de cidade com cidade envolvendo as atividades adjacentes, obrigando-as a tomar um lugar numa “economia de mercado”. (Braudel, 1998, p.82, grifo nosso).

E é essa economia de mercado, que até então possuía um “fluxo medíocre”, que acabará por conduzir a uma economia-mundo com as dimensões da Europa. Pois é na medida em que esse fluxo das trocas vai se intensificando, se multiplicando, que também a unidade econômica do vasto espaço europeu vai se formando.

E não é este o “verdadeiro debate” entre Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein? O núcleo do debate é “(...) saber quando a Europa esteve suficientemente ativa, privilegiada, atravessada por fluxos poderosos para que diversas economias pudessem todas alojar-se nela, viver umas com as outras e umas contra as outras”. (idem, p.45).

Para Fernand Braudel,

já na Idade Média, iniciou-se na Europa um concerto internacional, que prosseguiu durante séculos; portanto, zonas complementares de uma economia-mundo, uma hierarquia das produções e das trocas desenham-se muito cedo, eficazes já quase de imediato. (...) Bem cedo o “coração” da Europa viu-se cercado por uma semiperiferia próxima e por uma periferia longínqua. (idem, p.45).

¹¹ A pré-indústria só tempos depois refluiria para os campos.

Quando se questiona sobre a data precisa em que esta economia-mundo começaria a existir, Braudel aponta ser esta uma questão “quase insolúvel”. Isto precisamente porque não se trata de um verdadeiro início, mas sim de um “entreato”. É no intervalo dos séculos XI e XIII que a unidade da economia-mundo européia vai se estabelecendo.

Só pode haver economia-mundo quando a rede tem malhas suficientemente apertadas, quando a troca é suficientemente regular e volumosa para dar vida à zona central. Mas, nesses séculos distantes, nada se define muito depressa nem emerge sem contestação. O aumento secular a partir do século XI facilita tudo, mas também autoriza diversas centragens ao mesmo tempo. Só com o impulso das feiras de Champagne, no principio do século XIII, a coerência de um conjunto é manifestada dos Países Baixos ao Mediterrâneo, em benefício não de cidades comuns, mas de cidades com feira, em benefício não de rotas marítimas, mas de longos caminhos terrestres. (idem, p.82).

Afinal de contas, o que seria dos encontros de Champagne sem o prévio progresso dos Países Baixos e do norte da Itália – duas zonas que produziram diversos candidatos para ocupar o ilustre posto de centro de uma economia-mundo? Foi lenta e simultaneamente que o progresso destas duas zonas econômicas foi se constituindo. Contudo, não cabe aqui resgatar estas histórias.¹²

Entretanto, vale ressaltar dizendo que essa “bipolaridade” que divide o continente europeu entre o norte da Itália e Países Baixos é “uma das principais características da história européia, talvez a mais importante de todas”.

A junção desses dois pólos se fará pela via das rotas terrestres Norte-Sul, cuja primeira manifestação notável foi, no século XIII, o encontro das feiras de Champagne – ponto de encontro de toda a Europa, do que Norte e Sul têm a oferecer. Cabe dizer, que estas ligações além de não suprimir a dualidade, deram aos dois “parceiros” uma “vitalidade acrescida relativamente ao resto da Europa”. Se existiram “supercidades” durante este período, estas devem ser procuradas invariavelmente em uma ou outra dessas zonas e ao longo dos eixos que as ligam.

Portanto, é entre estas duas zonas centrais, esses dois pólos que se insere o “século das feiras de Champagne”. E neste período, isto é, nessa primeira instauração da economia-mundo européia, nem o Sul, nem o Norte vencem. O centro econômico por muitos anos

¹² Para um exame detalhado da constituição dessas duas zonas, ver Braudel, 1998, p.83 à 95.

situou-se entre esses dois pólos, “nas seis feiras anuais de Champagne e de Brie, que, de dois em dois meses, se alterna[vam]” (idem, p.95).

As feiras declinaram por diversos motivos bem ditintos. A prosperidade das feiras foi de um lado intensamente comprometida devido às *crises* prolongadas e violentas que sacudiram a Europa – tratava-se da grande recessão do século XIV. Por outro, devido também a criação, em fins do século XIII e início do século XIV, de uma ligação marítima contínua entre o Mediterrâneo e o mar do norte, pelo estreito de Gibraltar. E ainda, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma outra ligação, só que esta terrestre, entre a Itália e a Alemanha.¹³

Mas onde haveria de se instalar o novo “centro de gravidade”? Este não permaneceu a meio caminho entre o Adriático e o mar do Norte. “Os navios, os negociantes, as mercadorias caras, o dinheiro, o crédito chegam-lhe sobretudo do sul”. Supõe Braudel que talvez seja porque a Itália ao desenvolver os seus próprios centros industriais já não tivesse a mesma necessidade de ir para o Norte.

O que também contou foi à regressão que, já havia anos, preparava o terreno para a apocalíptica Peste Negra e para o fantástico refluxo da vida econômica que se seguirá. A crise e as inversões de tendência favorecem a deterioração dos sistemas estabelecidos, eliminam os mais fracos, reforçam a preponderância dos mais fortes, embora a crise não os poupe. A Itália ao recolher-se, significa recolher-se ao Mediterrâneo que continua sendo a zona mais ativa e o cerne do comércio internacional mais lucrativo. Na regressão geral do Ocidente, a Itália é, uma zona protegida: está reservado a ela o melhor dos tráficos; o seu jogo do ouro, sua experiência em matéria de moeda e de crédito a protegem; seus Estados-cidades, máquinas de gestão muito mais leve do que a dos pesados Estados territoriais, podem viver ao largo nessa conjuntura restrita. As dificuldades são para os outros, principalmente para os grandes Estados territoriais que sofrem e se desagregam. O Mediterrâneo e a Europa ativa ficam mais do que nunca reduzidos a arquipélagos de cidades. (idem, p.101).

Levando em conta a citação anterior, não é de espantar que no interior da “Europa ativa” a competição pelo “cetro”, na recentragem em gestação da economia européia, estivesse somente entre as cidades italianas. Em particular entre Gênova e Veneza, na qual esta última acaba por levar a melhor.

¹³ A fim de ressaltar a importância destas ligações, deve-se dizer que elas representaram “um circuito privilegiado do capitalismo e da modernidade”. (idem, p.100). Estas novas ligações ou circuitos do capitalismo forneceram um enorme poder de monopólio em prol da Itália e dos Países Baixos, o que veio a repercutir de forma negativa para os Estados territoriais nascentes – na Inglaterra, França, Espanha.

No final do século XIV, a primazia veneziana já se afirma sem ambigüidades. Pois é esta supercidade que “melhor do que qualquer outra cidade italiana está ligada à Alemanha e à Europa central, que são os clientes mais certos para o algodão, a pimenta e as especiarias e a fonte privilegiada do metal branco, chave do comércio do Levante”. (idem, p.103).

Há ainda uma razão complementar para ajudar a explicar a recentragem em favor dessa supercidade italiana. Não há dúvida que a *política* veneziana agiu de maneira consciente para estabelecer esta condição de destaque, que levou muitas cidades a se submeterem ao seu poder, a sofrer com sua imposição. Não foi por acaso que todos os tráficos provenientes ou destinados a Terra Firme, todas as exportações das ilhas do Levante ou das cidades do Adriático, necessariamente deveriam passar ao porto veneziano. “Veneza montou cientemente uma armadilha, em seu benefício, para as economias submetidas (...); alimentou-se delas, impedindo-as de agir à sua maneira e segundo sua própria lógica”. (idem, p.110).

A economia-mundo centrada em Veneza não se desenha de forma clara num mapa europeu.

A Leste, a fronteira, bem nítida na altura da Polônia e da Hungria, torna-se incerta através dos Bálcãs, ao sabor de uma conquista turca que precedeu a tomada de Constantinopla (1453) e que, irresistivelmente, estendeu-se para o norte: Andrinopla foi ocupada em 1361; a batalha de Kossovo, que destrói o grande Império Sérvio, é de 1389. Para oeste, em contrapartida, não há que hesitar: toda a Europa está sob a dependência de Veneza. Também o Mediterrâneo, incluindo Constantinopla (até 1435) e, para além, o espaço do mar Negro, explorando durante mais alguns anos a favor do Ocidente. As regiões do Islã, que os turcos ainda não tomaram (norte da África, Egito e Síria), abrem o seu litoral aos mercadores cristãos, desde Ceuta, que se torna portuguesa em 1415, até Beirute e Trípoli, na Síria. Mas reservam para o seu uso exclusivo as rotas profundas do interior, em direção a África Negra, ao mar Vermelho e ao golfo Pérsico. (idem, p.108).

Ainda mais complicado do que o traçado das fronteiras do conjunto desta economia-mundo é o recorte das suas diversas zonas.

A zona central, por certo, é facilmente reconhecível; as declarações de Tommaso Mocenigo, (...) revelam as relações preferenciais de Veneza com Milão, as cidades lombardas, Gênova e Florença. Esse arquipélago de cidades, limitado ao sul por uma linha que liga Florença a Ancona e ao norte pela linha dos Alpes, é, sem contestação, o coração da economia-mundo dominada por Veneza. Mas esse espaço salpicado de cidades-estrelas estende-se para o norte, para além dos Alpes, por uma espécie de via Láctea das cidades

mercantis: Aubsburgo, Viena, Nuremberg, Ratisbona, Ulm, Basiléia, Estrasburg, Colônia, Hamburgo e até Lübeck, e termina na massa sempre poderosa das cidades dos Países Baixos (...) e dos dois portos ingleses de Londres e de Southampton (*Antone*, para os meridionais). O espaço europeu é portanto atravessado, de sul a norte, por um eixo Veneza-Bruges-Londres que o corta em dois: tanto a leste como a oeste, há vastas zonas muito menos animadas do que o eixo essencial, que permanecem periféricas. (idem, p.108-9).

Aqui se abre uma brecha para ao menos mencionar, que apesar de Wallerstein considerar que não existia até então uma economia-mundo européia, ele também não deixa de conceder que no interior da Europa pudesse haver pelo menos “duas economias-mundos menores”: uma de tamanho médio nas cidades-Estados italianas, e uma outra ainda menor nas cidades-Estados de Flandres e no norte da Alemanha. Contudo, também não se deve esquecer que para este autor, a maior parte da Europa ainda não estava diretamente envolvida por estas redes.

O que dizer então da ligação entre Veneza com o Levante e com a Europa? Não eram estas ligações que permitiam a redistribuição de mercadorias preciosas por toda a Europa? O que deve ser dito é que bem cedo se formou uma rede urbana capaz de ligar a Europa, que uma ampla unidade econômica foi criada: a economia-mundo européia centrada em Veneza.

E se Veneza é mesmo o pólo central desta economia-mundo, é claro que também não poderia deixar de esboçar um “certo capitalismo” dominante, ainda que precoce. Para Oliver C. Cox, o capitalismo teria sido inventado em Veneza. Para Braudel (1998, p.112) “ao mesmo tempo ou até mais cedo que Veneza, exist[iram] outras cidades capitalistas”. Tanto que a cidade veneziana está mais atrasada do que adiantada no plano das técnicas e das empresas capitalistas. Contudo, isso não impede que nesta cidade já “(...) se tenha instalado um sistema que, já desde seus primeiros passos, levanta todos os problemas das relações entre o capital, o trabalho e o Estado, relações que a palavra capitalismo irá implicar cada vez mais no decorrer da sua longa evolução posterior”. (idem, p.112).

Até aqui se procurou observar a evolução do processo de modernização, desde o Renascimento do século XII/XIII até a emergência de Veneza como centro da economia-mundo européia. Ao fazer isso, Braudel mostrou que para uma compreensão mais correta desse processo, deve-se ter claro que as suas primeiras “etapas” e “passagens” se deram séculos antes do então clássico Renascimento do século XV.

Na verdade, as novas estruturas do mundo moderno muito cedo já estavam em construção. Em Veneza ou em Gênova, assim como nas cidades dos Países Baixos já era possível encontrar as

letras de câmbio, crédito, cunhagem de moedas, bancos, vendas a prazo, finanças públicas, empréstimos, capitalismo, colonialismo e, por outro lado, problemas sociais, sofisticação da força de trabalho, lutas de classes, crueldades sociais, atrocidades políticas, [estavam] tudo então em construção. (idem, p.77).

Contudo, se a modernidade muito cedo mostrou as caras nas áreas mais centrais desta economia-mundo, o que dizer das suas demais zonas (semiperiférica e periférica)? Como o capitalismo veneziano reuniu na base as economias inferiores, ou como esta economia dominante explorou suas economias subalternas? Não teria Veneza assegurado para si somente as tarefas e as produções mais lucrativas, deixando para os outros as menos rentáveis? De que forma está organizada a divisão do trabalho entre as diferentes zonas desta economia-mundo?

Claro que para um exame completo das mudanças sociais ocorridas neste período, que por sinal já faz parte do início do processo da modernidade, é indispensável analisar todas as transformações pelas quais passaram todos os espaços desta economia-mundo, o que inclui não só a observação das transformações que ocorreram na zona central, mas também das demais zonas.

Entretanto, cabe dizer que estas questões não receberão a atenção que merecem, e isto precisamente porque Braudel na sua longa exposição visou apenas esclarecer os períodos de crises, de desestruturações que supuseram às novas recentragens da economia-mundo européia. E de fato, enxergar as substituições dos pólos dominantes é o mesmo que privilegiar a análise das transformações por que passaram às zonas centrais. Como ele mesmo afirma:

As crises marcam o início de uma desestruturação: um sistema-mundo coerente que se desenvolveu com facilidade deteriora-se ou acaba de se deteriorar e um outro sistema vai nascer, com muitas tergiversações e atrasos. Essa ruptura apresenta-se como resultado de uma acumulação de acidentes, de avarias, de distorções. São estas passagens de um sistema para outro que tentarei esclarecer nos capítulos deste volume. (idem, p.72).

Aqui não se pretende mostrar exhaustivamente os diversos acidentes, avarias e distorções presenciadas nos processos de rupturas, mas apenas apresentá-los de maneira resumida. E como não serão extrapolados os limites cronológicos (1150 a 1450) anteriormente fixados para a apresentação deste item, esta exposição realizar-se-á no final do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: A ECONOMIA-MUNDO EUROPÉIA DURANTE O LONGO SÉCULO XVI (1450-1640)

O capítulo anterior procurou observar acima de tudo, diante de duas perspectivas distintas, o que deveria ser considerado como o marco inicial de todo o processo de transformações sociais que dariam origem a uma nova era.

A perspectiva Wallersteiniana indicou a crise geral do feudalismo, ao longo do século XIV e início do século XV, como sendo o princípio motor capaz de impulsionar enormes transformações sociais que dariam origem a modernidade. A perspectiva braudeliana rastreou este processo desde aproximadamente o século XII/XIII, com o então novo Renascimento, e prosseguiu por analisá-lo (com todas as suas restrições) até quando a cidade veneziana ocupou o centro da economia-mundo européia.

Este capítulo por sua vez pretende prosseguir com o exame destas perspectivas no decorrer do longo século XVI. Inicialmente, é apresentado, na visão de Wallerstein, o processo de criação da economia-mundo européia capitalista. Por fim, as demais “recentragens” da economia-mundo européia são mostradas pela ótica de Fernand Braudel.

3.1. A criação de uma economia-mundo capitalista na Europa

Conforme foi mostrado, na perspectiva wallersteiniana foram as pressões exercidas pela crise geral do feudalismo que deram condições para a “enormidade da mudança social”, que consistiu numa nova forma de apropriação do excedente, quer dizer, na criação de uma “economia-mundo capitalista”.

Assim, seria a partir de 1450 que a Europa e somente ela estaria pronta para a criação de uma economia-mundo baseada no modo de produção capitalista. Esta economia esteve constituída por duas instituições chaves: uma divisão “mundial” do trabalho e um aparelho do Estado burocrático em certas áreas.

Segundo Wallerstein, para o estabelecimento de tal economia foram necessárias três condições:

uma expansão do volume geográfico do mundo em questão, o desenvolvimento de vários métodos de controle do trabalho para diferentes produtos e zonas da economia-mundo, e a criação de aparelhos do Estado relativamente fortes no que posteriormente se converteriam em Estados do centro desta economia-mundo capitalista. (Wallerstein, 1999, p.53-4).

Como se sabe, esta primeira condição foi anteriormente apontada como sendo a “única solução” capaz de resolver o problema da crise feudal, pela qual passava uma boa parte da Europa. Assim, não é de se espantar que as outras duas condições dependessem muito do êxito da expansão territorial européia.

Para a surpresa de muitos, foi Portugal quem promoveu o impulso inicial da expansão por ultramar e isto justamente na metade da crise. As respostas que procuram justificar a excepcionalidade do reino lusitano não são aqui tratadas.¹⁴ Na verdade, o que importa destacar é que esta expansão geográfica não só ocorreu como também foi simplesmente fantástica.

Tomando somente em conta as colônias ultramarinas formais das potências européias, Chaunu assinala que nos últimos cinco anos que vão de 1535 a 1540, a Espanha conquistou o controle de mais da metade da população do hemisfério ocidental e desde então até 1670-1680, a área sobre o controle europeu passou de aproximadamente três milhões de quilômetros quadrados a aproximadamente sete. (idem, p.95).

A primeira vista, pode parecer confuso o fato de se ter anteriormente assinalado a importância de Portugal para esta expansão, e entanto ter exemplificado com destaque para a conquista territorial espanhola. O que se pode dizer é que esta questão será merecedora de atenção em um momento posterior. Por agora, o interesse está muito mais em mostrar com este exemplo, a grandeza da expansão propriamente dita do que explicar esta aparente contradição.

Contudo, esta expansão espacial não significou aumento da população, e por isso a relação entre terra/mão de obra se viu intensamente incrementada. E isto foi um fator fundamental para a Europa manter um crescimento contínuo neste “crítico período primitivo da era moderna”. Além desta melhor relação, esta expansão também possibilitou

¹⁴ As explicações que buscam justificar porque foi Portugal e não outros países europeus a dar impulso inicial a toda esta expansão, podem ser observadas tanto em Wallerstein, (1999, p. 54 a 74), quanto em Braudel, (1998, p.122 a 126).

acumular capital básico em grande escala, que foi utilizado no financiamento da racionalização da produção agrícola.¹⁵

Cabe frisar que esta “notável” expansão só criou condição para uma acumulação de capital em grande escala porque esteve acompanhada de uma “inflação secular”, também chamada de “revolução dos preços”, que se estendeu de aproximadamente 1504 a 1650. (Chaunu, 1959a, p.14-25, citado em Wallerstein, 1999, p.96).

A importância desta inflação deve ser ressaltada não só pela sua ligação com a incrementada acumulação de capital, mas também pela sua influência na particular divisão do trabalho a que chegou a economia-mundo europeia em fins do século XVI. A conexão desta inflação com o processo de acumulação de capital por um lado, e com a divisão do trabalho por outro, é por demais complexo para que aqui seja detalhada.¹⁶ Ao sintetizar este ponto, Wallerstein afirma que:

A inflação foi (...) importante, tanto porque era um mecanismo de poupança forçada, e em consequência de acumulação de capital, como porque servia para distribuir estes lucros desigualmente no interior do sistema, favorecendo (...) o centro emergente da economia-mundo e prejudicando a sua periferia e semiperiferia (...)

A outra face deste quadro, (...) é que no seio da economia-mundo emergiu uma divisão do trabalho não somente entre os trabalhos agrícolas e industriais, senão também dentro dos próprios trabalhos agrícolas. E junto com esta especialização surgiram diferentes formas de controle do trabalho, e diferentes esquemas de estratificação, que por sua vez tiveram diferentes consequências políticas para os Estados, é dizer, as arenas da ação política. (Wallerstein, 1999, p.117-8).

Assim, no século XVI existiram oposições entre diferentes níveis: entre o centro da economia-mundo europeia e suas áreas periféricas; no seio do centro europeu entre os Estados; no interior dos Estados entre as distintas regiões e estratos; e também no seio das regiões entre a cidade e o campo.

De fato, um sistema de múltiplos estratos de *status* e de recompensa social não poderia deixar de se relacionar com um complexo sistema de distribuição de tarefas produtivas.

¹⁵ E. L. Jones e S. J. Woolf (1969, p.1) *apud* Wallerstein. (1999, p.118) consideram como um fator distintivo do século XVI, o fato de que pela primeira vez na história uma expansão da produção agrícola abriu caminho para uma expansão da renda real.

¹⁶ O aprofundamento desta questão pode ser observado em Wallerstein, 1999, p.96 a 117.

Existiam diversos tipos de trabalhadores na economia-mundo desta época: 90 a 95% da população estava composta por escravos, servos e arrendatários [*tenants*]. O restante era ocupado por a uma nova classe de pequenos proprietários [*yeomen*], além de uma reduzida “camada” de pessoas intermediárias, como capatazes, artesãos independentes, alguns trabalhadores especializados, e mais uma camada de classes dominantes que incluía tanto a nobreza existente como a burguesia patricia (neste grupo também, o clero cristão e a burguesia de Estado).

Wallerstein conta que estes trabalhadores não estavam distribuídos ao azar, tanto geograficamente como etnicamente, no espaço da “florescente” economia-mundo. Mas antes de revelar esta distribuição, convém questionar aonde se encontrava esta economia-mundo européia? Este mesmo autor responde:

Não existe linhas claras e sensíveis, mas considero que o mais frutífero é considerar o mundo europeu do século XVI como construído a partir do entrelaçamento de dois sistemas primitivamente mais *separados*, o sistema mediterrâneo cristão centrado nas cidades do norte da Itália, e da rede de comércio entre Flandres e a Hansa no norte e noroeste da Europa, e da adição deste novo conjunto do leste do Elba, Polônia e algumas outras áreas da Europa oriental, por uma parte, e pela outra das ilhas atlânticas e de partes do novo mundo. (idem, p.94-95, grifo nosso).

E quanto à divisão das suas diferentes zonas? Esta resposta pode ser dada com base na organização dos diferentes modos de produção. Isto, devido precisamente ao fato da escravidão e servidão estarem concentradas na zona periférica, a “parceria”¹⁷ na zona semiperiférica e o trabalho assalariado na zona central.

Mas afinal, em que áreas prevaleciam o modo escravo e servil de produção, ou como se queira, onde estava localizada a zona periférica? E da mesma forma, em que regiões a parceria (zona semiperiférica) e o trabalho assalariado (zona central) vigoravam?

No seio da florescente economia-mundo (...) a imagem passou a ser de uma classe escrava, de origens africanas, localizadas no hemisfério ocidental; uma classe servil dividida em dois segmentos: um principal na Europa oriental, e outro menor de índios americanos no hemisfério ocidental. Os camponeses da Europa ocidental e meridional eram em sua maior parte arrendatários. Os trabalhadores assalariados eram praticamente na sua totalidade europeus ocidentais. Os *yeomen* estavam em grande medida concentrados (...) no noroeste da Europa. As classes intermediárias eram de origem paneuropéia (mais mestiços e

¹⁷ A parceria consiste num arrendamento de terras de unidades menores, capazes de sustentar apenas uma família, ao invés de todo um povo.

mulatos) e estavam distribuídas geograficamente por toda a arena. As classes dominantes eram também de origem paneuropéia, mas creio que se possa demonstrar que desproporcionalmente eram procedentes da Europa ocidental. (idem, p.120-121).

A citação anterior contribui para a revelação de que o hemisfério ocidental – entenda-se além da Europa oriental, certas regiões das Américas, como Nova Espanha, Antilhas, Terra Firme, Peru, Chile, Brasil, as ilhas Atlânticas e talvez alguns enclaves na costa africana – foi considerado como uma zona periférica; A Europa do noroeste e partes da Europa ocidental – em 1640, inclui-se os Países Baixos, a Inglaterra e em certa medida o norte da França – como uma zona central; A Europa meridional e partes da Europa ocidental – a Espanha depois da queda do império, o sul da França e norte da Itália – como uma zona semiperiférica.

É indispensável dizer que esta concentração de diferentes modos de controle do trabalho, em diferentes zonas da economia-mundo, foi um fator essencial para garantir o “tipo de fluxo excedente” que deu condições para o aparecimento do sistema capitalista. Contudo, não se tem aqui a pretensão de revisar os diferentes modos de organizar o trabalho, ver sua relação com o produto e a produtividade, para enfim sublinhar o aparecimento de elementos capitalistas.¹⁸

[Em resumo], o trabalho livre é a forma de controle do trabalho utilizado para o trabalho qualificado nos países do centro, enquanto que o trabalho obrigado se utiliza para o trabalho menos especializado nas áreas periféricas. Esta combinação é a essência do capitalismo. (idem, p.179-180).

*em resumo de
cap. 10-11*

Até aqui se tem tentado apresentar de forma bastante elementar, dois dos três aspectos apontados por Wallerstein como fundamentais para o estabelecimento da economia-mundo européia baseada no modo de produção capitalista. Não obstante, não foi alvo de debate o terceiro e último aspecto, ou seja, a criação de aparelhos do Estado relativamente fortes.

Se de um lado, a concentração de diferentes modos de controle do trabalho em diferentes zonas da economia-mundo, foi fundamental para o aparecimento do sistema capitalista, por outro, o desenvolvimento de Estados fortes nas áreas do centro do mundo europeu foi um componente essencial para o desenvolvimento desse sistema.

¹⁸ Para um aprofundamento desta questão, ver Wallerstein, 1999, p.121 à 179.

Já foi dito que as diferentes formas de controle do trabalho, acabaram por ter diferentes conseqüências políticas para a ação dos Estados. Sendo assim, como estas formas de controle afetaram o sistema político, em particular a força do aparelho do Estado?

Sem se estender sobre esta discussão, o certo é que a forma de controle do trabalho livre contribuiu para a criação de “fortes” aparelhos do Estado, enquanto que as demais formas – trabalho forçado – não favoreceram esta criação.¹⁹

É também certo que as áreas em que se estabeleceram estes aparelhos acabaram por se converter em Estados do centro da economia-mundo européia do século XVI. Analisar estes processos de conversão é o que se pretende fazer agora.

3.1.1. De Sevilha a Amsterdam

Inicialmente, deve ser dito que o Longo século XVI foi dividido por Fernand Braudel em dois séculos: um primeiro que começou por volta de 1450 e terminou próximo a 1550, e um segundo que iniciou nesta última data e prosseguiu até 1620 ou 1640.²⁰

Wallerstein conta que o primeiro século XVI foi uma era de lutas imperiais e não de Estados fortes, o que não quer dizer que durante este período não houvesse uma economia-mundo em formação. O que se passou é que esta economia-mundo que estava se criando era de fato um “grande prêmio”, e portanto era também compreensível que alguns homens buscassem o seu controle. E para os homens desta época o caminho clássico da dominação imperial era um bom meio de realizar esta conquista.

Os Habsburgo, com Carlos V a frente do império espanhol revelam provavelmente o melhor exemplo dos que buscaram envolver toda a Europa em um domínio imperial neste período. Esta história iniciou quando

¹⁹ Para um exame mais detalhado desta discussão ver Wallerstein, 1999, p.187 a 229.

²⁰ Braudel conta que é “(...) escéptico (...) acerca de um século XVI até que não se especifique se foi um ou vários, no que se dê a entender que é uma unidade. [Ele vê este] século dividido em dois (...): um primeiro que começou em torno de 1450 e terminou ao redor de 1550, e um segundo século que começaria nesse momento e duraria até 1620 ou 1640”. (Braudel, 1953, p.73 *apud* Wallerstein, 1999, p.94).

a oscilação econômica ascendente que começou desde 1450 criou uma notável prosperidade em primeiro lugar em todos os velhos centros do comércio, no que veio a ser chamado à espinha dorsal da Europa – Flandres, o sul da Alemanha, no norte da Itália – e, evidentemente, como resultado dos descobrimentos, a Espanha. (...) Nesta expansão o elemento significativo mais novo era o comércio transatlântico espanhol do século XVI, centrado em Sevilha e sua Casa de Contratação das Índias, um comércio que chegou a ser tão importante que toda a vida da Europa e a vida do mundo inteiro, na medida em que existia um mundo podia dizer que dependiam desse tráfico. Sevilha e suas contas poderiam dar o ritmo do mundo. (Wallerstein, 1999, p.233).

Como a Espanha chegou a ocupar um papel tão central na economia-mundo durante a primeira metade do século XVI? Afinal, como visto antes, foi Portugal quem encabeçou a expansão ultramarina européia do século XV. E ainda, a história da Espanha durante o “quatrocentos” poderia ser resumida, como propõe Jaime Vicens Vivers (1970, p.76) *apud* Wallerstein, (1999, p.234), na palavra “crises”.²¹

Wallerstein atribuiu a posição econômica central da Espanha durante o início do Longo século XVI, em parte porque as debilidades espanholas não apareciam no curto prazo, mas somente no longo prazo, e em parte porque em determinados níveis o sistema político espanhol era forte.

Não foi por sorte, assinala Chaunu (1959b, p.235) *apud* Wallerstein (1999, p.239), que a Espanha descobriu as Américas, mas pelo fato dela ser o país que estava em melhor posição “não só para aproveitar todas as oportunidades que lhe apareciam, senão para criá-las ela mesma”.

Espanha, no entanto, teve êxito já no século XVI na criação de um vasto império nas Américas, tão grande quanto o custo de transporte marítimo o permitia. Isto supôs um relampagueante crescimento do comércio transatlântico, multiplicando-se seu volume por oito entre 1510 e 1550 e de novo por três entre 1550 e 1610. O foco central deste comércio era um monopólio de Estado de Sevilha, que em muitas formas se converteu na estrutura burocrática chave da Espanha. O elemento central no comércio transatlântico era os metais preciosos. Ao princípio os espanhóis simplesmente tomaram o ouro extraído pelos incas e utilizado em seus rituais. Isto era tudo um bom negócio. Precisamente quando se estava acabando, os espanhóis conseguiram descobrir o método da amálgama da prata, que lhes permitiu extrair lucrativamente a prata que abundantemente existiam; e que representou o fluxo realmente importante de metal precioso até a Europa. (Wallerstein, 1999, p.240).

²¹ A Espanha durante o quatrocentos enfrentou uma crise política, que se manifestou na forma de rebeliões e guerra interna, e uma crise econômica (recessão), que envolvia na verdade toda a Europa.

E junto com este “relampagueante” crescimento do comércio houve uma expansão política “espetacular” pela Europa.

A coroação de Carlos V como imperador do Sacro Império Romano Germânico em 1519, levou os seus domínios a incluírem na Europa áreas tão variadas e descontínuas como Espanha (incluindo Aragão), os Países Baixos, várias regiões do sul da Alemanha (incluindo Áustria), Bohemia, Hungria, o Franco Condado, Milão, e as possessões espanholas do mediterrâneo (Nápoles, Sicília, Cardena e as Baleares). Por um momento este império, paralelo em sua estrutura ao contemporâneo império otomano de Solimán o Magnífico e ao império moscovita de Ivan o Terrível, pareceu absorver o espaço político da Europa. (idem, p.240-1).

Esta espetacular expansão levou Wallerstein a dizer que a economia-mundo européia neste período dava sinais que se converteria em um outro império. Mas, não era Carlos V o único que aspirava envolver a economia-mundo européia em seu império. Francisco I da França também buscava realizar o mesmo sonho, e apesar da França não possuir os recursos que possuía a Espanha, tinha a vantagem da sua extensão e da sua posição central (localizada no “coração” do império espanhol).²² Foi assim que os dois “gigantes imperiais”, os Habsburgo e os Valois, travaram uma constante guerra durante cinquenta anos, que por fim levou ao esgotamento de ambos em 1557 e o fim dos sonhos imperiais.

Devido ao importante papel que ainda exerciam as cidades-Estados do norte da Itália (Veneza, Gênova, Milão e Florença) sobre a vida econômica da Europa,²³ a guerra entre esses gigantes foi travada principalmente na península italiana; primeiro com as guerras franco-espanhola de 1494 até 1516 e posteriormente com a rivalidade Habsburgo-Valois que prosseguiu até 1559.

O império de Carlos V não só controlou três das quatro principais cidades-Estados italianas (apenas Veneza ficou fora do seu controle), como também constituiu outros dois “pilares econômicos”: Antuérpia – o “grande mercado” da economia-mundo européia

²² Em 1500, se podia dizer que: “Inglaterra, Espanha e Borgonha-Austria giravam como numa órbita em torno da primeira e maior das potências européias, França” (Garret Mattingly, 1955, p.129 e 131. *apud* Wallerstein, 1999, p.241).

²³ Na Baixa Idade Média, as cidades-Estados do norte da Itália eram o centro das atividades econômicas mais “adiantadas” da Europa, em termos industriais e comerciais. No século XVI, apesar destas cidades não mais monopolizarem o comércio a longa distância, ainda se mostravam “fortes” pelo seu capital acumulado e pela sua “experiência”.

durante o primeiro século XVI – e as casas dos banqueiros mercantis situadas no sul da Alemanha (os Fugger em particular). Quanto a este último pilar, a citação que se segue revela a sua importância:

A situação das cidades comerciais do sul da Alemanha, ao outro lado dos Alpes, não era na realidade demasiado diferente das do norte da Itália. (...). No século XV a região que avança mais rapidamente cobre as cidades do sul da Alemanha e Suíça. De 1460 até ao redor de 1500 ou 1510 a mineração da prata cresceu a um ritmo muito rápido na Europa central, abastecendo ainda outra fonte de poder econômico. A expansão do século XVI só parecia reforçar o papel alemão como canal do comércio entre o norte da Itália e Flandres. Ao princípio nem se quer o crescimento do comércio atlântico e a relativa declinação do comércio mediterrâneo pareceu afetar a sua prosperidade econômica, especialmente uma vez que puderam participar dos benefícios do comércio atlântico no marco do império dos Habsburgo. (Wallerstein, 1999, p.246).

Esta foi à era de “florescimento” dos Fugger. Eles foram o centro financeiro do império de Carlos V. Wallerstein conta que ambos deram-se poder e apoio, subiram juntos e também caíram juntos, devido à atividade dos Fugger estar limitada aos “confins do império de Carlos V”, ou seja, quando Carlos V e seus sucessores não podiam mais pagar, os Fugger por sua vez não mais recebiam.

Contudo, Antuérpia era ainda mais importante que o norte da Itália e também que os Fugger. Antuérpia no século XVI ligava os comércios do Mediterrâneo e do Báltico com o comércio transcontinental, via a Alemanha meridional. Ela chegou a coordenar grande parte do comércio internacional do império dos Habsburgo, e também ser o elo pelo qual Inglaterra e Portugal se ligavam a economia-mundo européia.

Ainda, nesta época, Antuérpia converteu-se no “supremo mercado monetário” da Europa²⁴, e passou a servir não só como bolsa de valores do império, como a cidade em sua coletividade passou a ser um dos principais credores de Carlos V.

Assim, Carlos V, Antuérpia, os Fugger, também Castilha estavam implicados numa “gigantesca operação de crédito sobre crédito (...) baseada tão somente na esperança e no otimismo”. Talvez não seja estranho conceber previamente que o destino das diversas cidades e casas comerciais que apostaram no sucesso do império seja infeliz. Como se pode ver:

²⁴ Segundo Van der Wee (1963, p. 362) *apud* (Wallerstein, 1999, p.248). esta conversão foi devido “principalmente à crescente demanda de créditos a curto prazo, ocasionada fundamentalmente pela política do imperador Carlos V”.

Da década de 1530, em diante, o crescimento do comércio transatlântico deu a Antuérpia uma nova fase de expansão. A combinação dos dois focos de expansão comercial – o comércio transcontinental em que eram tão centrais os mercados do sul da Alemanha, e o comércio atlântico dos espanhóis (*cum* genoveses), unidos no mercado da Antuérpia, que era também um mercado monetário – criou a atmosfera de um febril *boom* capitalista. Este *boom* tinha a sua própria dinâmica, que excedeu o marco político administrativo do império-mundo dos Habsburgo. Pressionados pelas incríveis tensões financeiras causadas pela crise social que arrasava as Alemanhas e pelos gastos militares resultantes do desejo de englobar o resto da Europa, tinham que ir à bancarrota o império ou às forças capitalistas. Resultaram ser mais fortes estas últimas.²⁵ (Wallerstein, 1999, p.250).

Em 1557 a Espanha perdeu definitivamente seu império político e seu papel econômico central. E não foi só a Espanha quem se declarou em bancarrota, também a França. Os impérios dos Habsburgo e dos Valois fracassaram juntos. Estes fracassos financeiros levaram ao fim das lutas militares e ao tratado de Cateau-Cambrésis em 1559 que mudaria os termos de referência política na Europa. Portanto, estas bancarrotas representaram algo mais do que um reajuste financeiro. Nas palavras de Wallerstein, “todo um mundo veio abaixo”.

O que se veio abaixo não foi meramente uma particular estrutura de Estado. (...) Durante cem anos a Europa havia desfrutado da prosperidade. Os homens haviam tentado beneficiar-se dela à moda antiga. Mas os avanços tecnológicos e a irrupção dos elementos capitalistas havia progressado demasiadamente para que fosse possível recriar impérios políticos em correspondência com as arenas políticas. (idem, p.260).

O esforço de Carlos V em dominar politicamente a economia-mundo repercutiu negativamente em todas às partes que estavam aliadas a ascensão do império: Espanha, Alemanha, as cidades de Flandres, o norte da Itália, Antuérpia, Cracóvia, Portugal.

Wallerstein assinala que a decadência da Espanha parece estar no fato de que o seu “aparato de Estado não estava adequado e devidamente construído”, o que por sua vez impossibilitou às suas classes dominantes de beneficiar-se da criação da economia-mundo européia. Assim, a Espanha não se converteu no primeiro poder da Europa. Na verdade, haveria ela de se tornar primeiro semiperiferia e posteriormente periferia da economia-mundo.

²⁵ A análise das tensões sobre as quais operavam o império dos Habsburgo, e também dos Valois, que contribuem para explicar o sucesso das forças capitalistas por cima do “fracasso do império” podem ser observadas em Wallerstein. 1999, p.250 a 279.

Até aqui procurou-se apresentar, ainda que de forma bastante elementar, a história do primeiro século XVI, isto é, da ascensão e queda dos impérios, em particular o império de Carlos V. A história do segundo século XVI se resume a sucessão de Amsterdam por cima de Sevilha, e ao processo de conversão do norte dos Países Baixos como centro comercial e financeiro da economia-mundo européia.

Se em 1450 Amsterdam aparecia como um candidato pouco provável para ser o eixo (pólo central) da economia-mundo, por volta de 1600 a sua primazia parece ser inquestionável.

Após o tratado de Cateau-Cambresis, a Europa ocidental desfrutou de um longo período de “bem estar e recuperação”. Sustenta Astrid Friis (1953, p.193, *apud* Wallerstein 1998, p.282) que nesta época o evento mais significativo foi “a expansão excepcional do comércio marítimo nos Países Baixos e Inglaterra, coincidindo com o rápido incremento das importações de bens bálticos, em especial grão, a outras partes da Europa”.

Pode-se ter como resultado deste evento o enorme fortalecimento de Amsterdam, que já era neste período o “pivô” do mercado de grãos no báltico²⁶, e que por sua vez passava a se mostrar mais solvente que a própria Antuérpia, assim como outras cidades das províncias do sul. Ademais, os Países Baixos também se destacaram nas “novas capacidades” requeridas pela economia-mundo para “manejar um foco financeiro e comercial”.

No segundo século XVI, ao contrário de outras áreas que desfrutavam de tempos de tranqüilidade e ordem social, os Países Baixos viviam uma “complexa revolução nacional e social”. E foi precisamente esta revolta²⁷ que contribuiu para criar a base política que permitiria aos Países Baixos se converterem em fins do século XVI em centro comercial e financeiro da economia-mundo européia.²⁸

²⁶ “Os Holandeses estavam jogando um crescente papel no norte do báltico. Estabeleceram uma cabeça de ponta em fins da Idade Média, e ao princípio do século XVI estavam já substituindo as cidades hanseáticas. Seu comércio báltico total seguiu uma curva ascendente no século XVI, alcançando ao redor de 70% do comércio”. (idem, p.299).

²⁷ Para um exame detalhado de como esta revolta contribuiu para a criação desta sólida base política, ver Wallerstein, 1999, p.286 a 298.

²⁸ É importante observar que durante esta revolução (1557 a 1590), foi a cidade de Gênova responsável por realizar algumas das funções comerciais que anteriormente correspondiam a Antuérpia, e no aspecto bancário, funções que antes exerciam os Fugger.

Contudo, as últimas décadas do século XVI assinalaram não só ascensão de Amsterdam mas também a revolução dos Países Baixos, revolução esta que capacitou posteriormente a burguesia holandesa para realizar a reforma necessária à expansão econômica, desta vez livre de uma excessiva centralização política.

3.1.2. Da decadência de Veneza a ascensão de Amsterdam

Para Fernand Braudel o transcorrer do Longo século XVI não vivenciou apenas a *passagem simples* da substituição de Sevilha por Amsterdam. Para este autor, este período apresentou-se dividido por uma série de passagens: Antuérpia substituindo Veneza, Gênova sucedendo Antuérpia, e por fim Amsterdam substituindo Gênova.

Segundo Braudel, entre 1378-1498 Veneza desfrutou de um longo século de preponderância. Como a ascensão desta cidade ao posto de centro da economia-mundo européia já foi anteriormente apresentada, a preocupação agora se volta para examinar em linhas gerais a sua decadência.

Na progressiva queda de Veneza, “nem tudo dependeu apenas de sua responsabilidade”. Para começar, mesmo antes da Europa se projetar para o mundo pela seqüência dos chamados “Grandes Descobrimentos” (1492-1498) todos os Estados territoriais já haviam recuperado os seus domínios. Este fato por si representava uma séria ameaça às cidades-Estado. Desses Estados, o mais temido por Veneza foi o Império Turco dos otomanos.²⁹ Mas, a decadência do pólo dominante não proveio de um conflito entre cidade-Estado e Estado territorial.

A explicação para a nova recentragem da economia-mundo está nos grandes descobrimentos, na abertura de um novo circuito comercial: o oceano Atlântico. O principal ator desta tarefa foi Portugal. Foi ele quem desempenhou “(...) um dos principais papéis na enorme reviravolta cósmica introduzida pela expansão geográfica da Europa, no fim do século XV, e por sua explosão para o mundo”. (Braudel, 1998, p.122).

²⁹ Para examinar as “sombras gigantescas” que o Império Turco lançou sobre Veneza, ver Braudel, 1998, p. 120-1.

A queda de Veneza se dá aos poucos e “sem muito alarde”. O “estrondoso sucesso” português com o desvio da rota da pimenta e das especiarias a favor de Lisboa é já um tremendo golpe em Veneza.

Entretanto, não coube a Lisboa ocupar a posição central do mundo. Esta cidade “(...) se mantém prisioneira de uma certa economia-mundo na qual está já inserida e que lhe determinou um lugar”. (idem, p.126). Na realidade, é a cidade de Antuérpia que sucede Veneza. É o Norte que passa a merecer destaque. Mas ao contrário de Veneza que viveu em esplendor por mais de um século, Antuérpia viverá entre os anos de 1500 a 1569, uma história curta e “movimentada” – “demasiados choques, saltos, recuperações”.

Braudel divide as etapas da grandeza de Antuérpia em três sucessivos impulsos (1501-1521; 1535-1557; 1550-1568):

O primeiro impulso se faz com os Portugueses confiando à praça de Antuérpia a redistribuição da pimenta e das especiarias, o que por sinal é feito com sucesso. Em alguns anos, o monopólio veneziano para estes produtos é ameaçado quando não rompido. Ao mesmo tempo, foram desviados em massa o cobre e a prata de Veneza para Lisboa. Os dados abaixo ressaltam o declínio de Veneza e a ascensão de Antuérpia.

Em 1502-1503, apenas 24% do cobre húngaro exportado pelos Fugger chegava a Antuérpia; em 1508-1509, a proporção era de 49% para Antuérpia, 13% para Veneza. Quanto à prata, em 1508, uma nota oficial do governo dos Países Baixos calcula em cerca de 60.000 marcos de peso o metal que transita por Antuérpia em direção a Lisboa. (idem, p.132).

Contudo, apesar da prosperidade de Antuérpia, esta ainda não chega a constituir um “verdadeiro mercado do dinheiro”. Necessitaria estar ligada ao circuito das letras de câmbio, dos pagamentos e dos créditos, em particular de Lyon, de Gênova e das feiras de Castela. Só lentamente Antuérpia vai se integrando a este mercado.

A partir de 1523, iniciam-se anos difíceis para o novo pólo dominante. O comércio internacional é paralisado em virtude das guerras entre os Valois e os Habsburgo (1521 a 1529), o que repercute diretamente no recente mercado da prata de Antuérpia.

O segundo impulso é dado com o aumento das importações de prata da América (via Sevilha), que “relança” Antuérpia. O fato essencial é que o comércio de dinheiro de Antuérpia, “constituído precisamente entre 1521 e 1535”, é animado pela abundância de prata espanhola. Os anos de 1535 a 1557 foram considerados por Braudel como

correspondendo ao período de maior “esplendor” de Antuérpia. Mas esta será atingida pela “bancarrota espanhola” de 1557, que pôs fim ao circuito da prata que até então sustentava a praça de Antuérpia.

O terceiro e último impulso veio com o término em 1559, da guerra entre os Valois e os Habsburgo. A economia de Antuérpia revive com a restauração do comércio com a Espanha, França, Itália, e outros. Mas se de um lado Antuérpia pode se beneficiar por ter reanimado os seus tráficos comerciais (que não voltaram ao nível pré- crise), por outro sofreu com os obstáculos impostos pela Inglaterra, que escolhe Hamburgo como a nova via (até então concedido a Antuérpia) a distribuição dos seus tecidos.

É sob estas circunstâncias que Antuérpia procurou se voltar para a indústria. Uma boa escolha, pois um progresso “extraordinário” da indústria dos panos, dos tecidos e das tapeçarias pode ser observado não só em Antuérpia, mas também no conjunto dos Países Baixos.

Contudo, não foi por acaso que Braudel afirmou que “o novo papel de Antuérpia depende de oportunidades internacionais de certo modo externas”. (idem, p.131). É que as questões externas acabaram por liquidar com o seu sucesso. Além de fatores ligados a questões econômicas, os grandes distúrbios políticos, sociais e religiosos dos Países Baixos serão os responsáveis pela destruição. Trata-se de “(...) uma revolução religiosa vinda de zonas profundas, acompanhada em surdina por uma crise econômica e pelos dramas sociais da vida cara”. (idem, p.136).

Braudel não analisa esta revolução religiosa e tão pouco aqui ela será examinada. O importante a destacar é que Antuérpia foi atingida por esta “tormenta”, que poderia ser apaziguada se Felipe II (filho de Carlos V) não tivesse optado pela força, que por fim acarretou na ruptura da ligação marítima entre os Países Baixos e a Espanha. “O dinheiro e as letras de câmbio para o pagamento das tropas a serviço da Espanha passarão a vir do sul, pelas escalas de Gênova, e é em Gênova devido a este desvio da rota do dinheiro político de Felipe II, que o centro da Europa vai se estabelecer”. (idem, p.136).

Gênova dominará a Europa de forma “discreta” e “sofisticada”, no período que se estende de *aproximadamente* 1557 a 1627. As datas não são precisas porque de um lado entre os anos de 1550 a 1570, o primado de Antuérpia ainda se mantém ou ao menos parece manter-se, e pelo outro, a ascensão de Amsterdam já se anuncia a partir de 1585.

“A experiência genovesa, com duração de três quartos de século, permitiu aos mercadores banqueiros de Gênova, através do manuseio dos capitais e do crédito, serem árbitros dos pagamentos e acertos de contas europeus”. (idem, p.140).

As razões do sucesso genovês começam provavelmente com a crise que sacudiu a Europa, e dividiu o longo século XVI em dois (1450-1550 e 1550-1640). Esta crise representou a consumação da ruptura do antigo equilíbrio monetário.

Até cerca de 1550, o metal branco, relativamente raro, tendia a se valorizar em relação ao metal amarelo, este *relativamente* abundante, e o metal branco, a prata, era então o instrumento dos grandes negócios (...), o meio de conservar valor. Ora, já antes de 1550 há valorização do ouro, que se torna, por sua vez relativamente raro. Nessas condições, quem não notará a importância das decisões dos genoveses que (...) são os primeiros, na praça de Antuérpia, por volta de 1553-1554, a apostar no ouro? (idem, p.148-9).

O jogo genovês não incidiu apenas nos metais branco e amarelo, também nas letras de câmbio. Segundo Braudel, a riqueza genovesa no século XVI “não era o ouro, nem a prata, mas a possibilidade de monopolizar o crédito, de jogar este jogo difícil a partir de um plano superior”. (idem, p.148).

Gênova se fez árbitro de toda a fortuna da Europa jogando (e complicando ainda mais) o jogo das finanças internacionais.³⁰

Com a crise do século XVII, os genoveses deixam de desempenhar o papel de árbitros financeiros da Europa, e deixam também de estar no centro da economia-mundo européia. Ao se desfazer a construção genovesa, a Europa passa a se voltar para o norte, e “dessa vez por séculos”. O novo centro da economia-mundo se desloca para Amsterdam, cuja fortuna se edifica não com base nas finanças, mas na mercadoria.

O sistema holandês se constrói com base no conjunto das interdependências comerciais que, ligadas umas às outras, organizam uma série de canais quase obrigatórios de circulação e redistribuição das mercadorias. Um sistema mantido ao preço de uma atenção constante, de uma política de erradicação de qualquer concorrência, de uma subordinação do conjunto da economia holandesa a esse objetivo essencial. (idem. p. 219).

Com o advento de Amsterdam, “encerra-se a era das cidades de estrutura e vocação imperialista”. De acordo com Violet Barbour (1963, p.13 *apud* Braudel 1998, p.157), “é a última vez que existe um verdadeiro império do comércio e do crédito, sem o sustentáculo de um Estado moderno”.

³⁰ Para um exame mais detalhado deste assunto, ver Braudel, 1998, p.146 a 154.

A partir de então, os capitalistas terão sem dúvida alguma maior liberdade de ação, já que quanto menores as pressões e as exigências de uma política imperial, maior é a liberdade que têm um mercador, um capitalista, para dirigir os seus negócios.

Na Holanda, o interesse do Estado pelas coisas do comércio é o do particular, caminham no mesmo passo [equivale a dizer que o Estado e a sociedade mercante são uma e a mesma coisa]. O comércio é absolutamente livre, não se ordena absolutamente nada aos mercadores, eles não têm outras regras a seguir que não as dos seus interesses; é uma máxima estabelecida que o Estado encara como coisa que lhe é essencial. Assim, se o particular parece fazer por seu comércio qualquer coisa contrária ao Estado, o Estado fecha os olhos e faz de conta que não percebe (...) (Braudel, 1998, p. 187).

A vitória de Amsterdam se desenvolve em etapas sucessivas que vão lentamente se acrescentando umas às outras. Não há espaço aqui para demonstrar o completo desenrolar dos processos que levaram a esta nova recentragem. De forma resumida:

Com os anos 1570, os navios ingleses penetram de novo no mar interior. Com os anos 1590, foi a vez dos navios holandeses. (...). Para que a invasão dos transportes nórdicos desse os seus frutos, foi necessário que as escalas do norte da África, os portos de Livorno e de Ancona, as Escalas do Levante lhes fossem abertos e propícios, que as cidades ricas do Mediterrâneo aceitassem os serviços dos recém-chegados, consentindo em fretá-los. Foi preciso também que os ingleses concluíssem suas *capitulações* com o Grão-Turco em 1579, o que os holandeses só farão em 1612. foi ainda necessário que os tecidos de lã, de algodão e outros produtos industriais do Norte penetrassem nos mercados mediterrânicos, expulsando os produtos locais ou tradicionalmente usados. Ainda, no início do século XVII, Veneza, com seus tecidos de boa qualidade, dominava o mercado do Levante. Será necessário, pois, suplantá-la e as outras cidades. Esperar, enfim, que a hegemonia do crédito genovês vá pouco a pouco se atenuando. São estes os processos, mais ou menos rápidos, que a ascensão de Amsterdam implica, a qual, ao contrário de Antuérpia, já não estenderá a mão às economias do mar Interior. (idem, p. 158-9, grifos do autor).

Na Holanda, o primeiro amplo florescimento decorreu da ligação, assegurada pelos seus navios e pelos seus mercadores, entre os pólos norte ("o do báltico e das indústrias flamengas, alemãs, e francesas") e sul ("o de Sevilha, e a grande abertura para a América").

Com toda a evidência, a fortuna da Holanda foi construída a partir do Báltico e da Espanha *ao mesmo tempo*. Ver apenas aquele, esquecer esta, é não compreender um processo no qual o trigo, por um lado, e a prata da América, por outro, desempenham seus papéis indissociáveis³¹. (idem, p.192. grifo do autor).

³¹ Para melhor ver os termos desta relação, consultar Braudel, 1998, p.189 a 191.

Braudel se questiona se poderiam os holandeses tornando-se o centro da economia-mundo européia vir a desprezar qualquer uma de suas periferias? Para assegurar a longo prazo a economia-mundo européia, teriam eles que necessariamente tomar o controle do comércio longínquo, isto é, a América e a Ásia. Enquanto a América não esteve ao alcance dos holandeses, esteve o Extremo Oriente – com o reino da pimenta e das especiarias, assim como das drogas, pérolas e sedas.

Contudo, os holandeses acabaram por ganhar o “cetro” do mundo, e permanecer com ele durante um longo prazo até que a Inglaterra viesse a ocupar o seu lugar. Amsterdam irá ceder lugar à Londres, que posteriormente cederá a Nova York. Examinar a queda de Amsterdam transcende os limites desta pesquisa, que procurou se estender somente até 1640.³²

³² Sobre o declínio de Amsterdam, ver Braudel, 1998, p. 245 a 254.

CAPÍTULO 4: A ECONOMIA-MUNDO EUROPÉIA EM FACE DAS DEMAIS ECONOMIAS-MUNDOS.

Até aqui se têm procurado mostrar, ainda que de forma bastante elementar, os dois principais processos da era moderna. De um lado, o “enraizamento” (expressão utilizada por Fernand Braudel) do capitalismo, e por outro, a eliminação de uma superestrutura política excessivamente unificada, é dizer, a eliminação do império para o posterior estabelecimento de um sistema interestatal. Como isso, descreve-se “os dois grandes processos interdependentes da era [moderna]: a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial”. (Tilly 1984, p.147 *apud* Arrighi 1996, p.ix)

Como já dito, foi a economia-mundo européia quem embarcou no caminho do desenvolvimento capitalista, e com isso garantiu seu sucesso, pôde promover a expansão econômica sem a presença de uma excessiva centralização política.

Contudo, para melhor compreender este sucesso, talvez seja útil dar uma olhada nas demais economias-mundos – que como foi visto na introdução acabaram por se transformar em impérios – e entender o porquê delas não percorrerem o caminho do desenvolvimento capitalista.

Wallerstein (1999, p.74) sustenta que “o capitalismo só é possível no marco de uma economia-mundo, e não no seio de um império-mundo”. Afinal, quais as razões para que isto seja assim? Seguindo este mesmo autor, a comparação mais adequada para tentar responder a esta questão, deve ser feita entre a Europa e a China que tinham aproximadamente a mesma população entre os séculos XIII e XVI.

Para iniciar o debate, cabe lembrar que um fator essencial para o desenvolvimento posterior do capitalismo na economia-mundo européia foi a expansão geográfica inicialmente posta em marcha por Portugal em fins do século XV.

Mas por que foi a Europa a se expandir e não a China? J. M. Robert (2001), refletindo sobre esta questão, alega ser este um problema que ainda permanece.

por que foram os europeus que efetivaram a união do globo por meio de uma grande série de empreendimentos em terra e no mar (...). Por que árabes ou chineses não

chegaram às Américas primeiro, (...) [Já que] os chineses há muito possuíam bússolas e construíram grandes cargueiros que atravessavam o oceano? (J. M. Robert, 2001, p.401).

A respeito deste tema Pierrri Chaunu (1959b) se pronuncia da seguinte forma:

Que Cristovão Colombo e Vasco da Gama (...) não foram chineses (...) é algo que merece (...) alguns momentos de reflexão. Depois de tudo, em fins do século XV, na medida em que a literatura histórica nos permite compreendê-lo, o Oriente distante como entidade comparável ao Mediterrâneo (...) não resultava sob *nenhum aspecto inferior*, ao menos superficialmente, ao Ocidente distante do continente euroasiático. (Chaunu 1959b, p.50 *apud* Wallerstein, 1999, p.74, grifo nosso).

Pondo em dúvida a afirmação de que o Oriente não teria “nenhum aspecto inferior” em relação ao Ocidente, Wallerstein recorre a uma revisão de diferentes autores afim de comparar se havia ou não diferenças de tecnologias entre Ocidente e Oriente.

Lynn White, Jr. (1963) é um dos que responde a esta questão justificando que a Europa teria se expandido no século XVI, pelo fato de já ter no século IX d.C. superado o restante do mundo na tecnologia agrícola, e também pelo fato da Europa do norte ter se adiantado na tecnologia militar no século VIII e na produção industrial no século XI.

Já Joseph Needham (1963a), data o momento do adianto tecnológico e industrial da Europa em relação a China só a partir do ano de 1450.

O fato é que no desenvolvimento espontâneo autóctone da sociedade chinesa não se produziu nenhuma mudança drástica paralela ao Renascimento e a “revolução científica” no Ocidente. Frequentemente gosto de traçar em linhas gerais a evolução chinesa como representada por uma curva crescente a um ritmo relativamente lento, situada a um *nível muito mais elevado que a Europa* entre, digamos, os séculos II e XV d.C. Mas então, depois de começado o renascimento científico no Ocidente com a revolução de Galileu, com o que se poderia chamar o descobrimento da técnica básica dos próprios descobrimentos científicos, a curva da ciência e da tecnologia na Europa começa a crescer de forma violenta, quase exponencial, sobrepassando o nível das sociedades asiáticas. (Needham 1963b, p.139, *apud* Wallerstein, 1999, p.76, grifado por Wallerstein).

Se se aceita como verdadeira a afirmação de Needham acerca da competência e da superioridade tecnológica chinesa sobre o Ocidente, até que este viesse a dar um salto espetacular, torna-se surpreendente o fato da exploração ultramarina chinesa – que começou praticamente junto com a exploração portuguesa – ter em tão pouco tempo

(apenas 28 anos) retrocedido, ter abandonado todo o desejo de se expandir, e com isso ter se fechado numa espécie de “concha continental”.

Por que afinal a China não queria se expandir? Esta decisão certamente não foi motivada pela falta de êxito das expedições chinesas. De acordo com Wallerstein,

as sete viagens do almirante eunuco Cheng Ho entre 1405 e 1433 foram um grande êxito. Recorreram todo o oceano Índico desde Java até o Ceilão e a África oriental em suas sete viagens, trazendo de volta tributos e produtos exóticos à corte chinesa, que os apreciou sobremaneira. As viagens cessaram ao morrer Cheng Ho em 1434. (Wallerstein, 1999, p.76-77).

Segundo Janet Abu-Lughod (1989) *apud* Arrighi (1996, p.34-5), a razão pela qual a China dos Ming decidiu fazer isso “tem confundido os estudiosos sérios – a rigor, causado desespero entre eles –, pelo menos durante os últimos cem anos”.

Alguns escritores dizem simplesmente que a China não queria se expandir. Pierri Chaunu (1969) dá uma pista quando sugere que uma das coisas que faltava na China eram “grupos com vontades convergentes” para a expansão. Sendo assim, resulta interessante ver de que forma o mundo europeu diferia do mundo chinês. Wallerstein sintetiza esta diferença na longa citação que se segue.

A diferença essencial entre a China e a Europa reflexa (...) a conjuntura de uma tendência secular com um ciclo econômico mais imediato. A tendência secular a longo prazo se remonta aos antigos impérios de Roma e da China, às formas e ao grau em que se desintegraram. Enquanto que o marco romano ficou com uma tênue memória cuja a realidade medieval vinha mediada em grande medida por uma Igreja comum, os chineses às arranjaram para manter uma estrutura política imperial, se bem que debilitada. Esta era a diferença de um sistema feudal e um império-mundo baseado em uma burocracia prebendal. A China podiam manter em muitos aspectos uma economia mais avançada que a Europa como resultado disto. E muito possivelmente o grau de exploração do campesinato ao longo de mil de anos foi menor.

A este dado devemos acrescentar às mudanças agrônômicas mais recentes em cada caso, na Europa produzia-se o gado e o trigo, e na China o arroz. Já que este último requeria menos espaço mas mais homens, a depressão secular golpeou aos dois sistemas de formas distintas. A Europa necessitava expandir-se geograficamente mais do que necessitava a China. E a medida em que alguns grupos na China podiam haver encontrado a compensação na expansão, se viram restringidos pelo fato de que as decisões cruciais estavam centralizadas no marco imperial, que tinha que preocupar-se em primeiro lugar, e por cima de tudo, na manutenção a curto prazo do equilíbrio político de seu sistema. De modo que a China, em todo o caso aparentemente melhor cituada *prima facie* para avançar até o capitalismo, ao já ter uma burocracia estatal extensiva, estar mais adiantada em termos da monetização da economia e, possivelmente também da tecnologia, estava não obstante pior situada no último termo. Tinha o lastre da “racionalidade” de seu sistema de

valores, que negava ao Estado o ponto de apoio (no caso de que tivesse desejado usar) que os monarcas europeus encontraram na mística das lealdades feudais européias. (Wallerstein, 1999, p.88-9).

A China não queria se expandir por ultramar, porque já estava se expandindo internamente, expandindo sua produção de arroz no interior de suas fronteiras. Ao contrário, a agronomia da Europa no século XV dependia de um maior espaço, e portanto necessitava expandir-se externamente. Ademais, a forma de organização da Europa era feudal, enquanto a China era “prebendal”. O importante a saber é que a feudalização conduz ao dismantelamento da estrutura imperial, enquanto que a prebendalização a mantém. (idem, p.83). Não foi atoa que a China acabou por se transformar em um vasto império, enquanto a Europa seguia sendo uma economia-mundo.

Esta última distinção é relevante na medida em que: “um império não pode ser concebido como um empresário, a diferença de um Estado numa economia-mundo. Já que um império pretende ser uma totalidade. Não pode enriquecer sua economia a expensas de outras economias, dado que é a única economia”. (idem, p.85).

Por tudo, foi a Europa que se expandiu, e avançou em direção ao desenvolvimento capitalista. A China não pôde fazer o mesmo, assim como os outros impérios, que possuíam “o lastre de uma estrutura política imperial”. O capitalismo não se sustenta no marco de um império-mundo, e esta é a razão pela qual ele jamais emergiu em Roma.

As diversas vantagens que os comerciantes tinham na emergente economia-mundo foram politicamente mais fáceis de se obter que se tivessem sido perseguidas no seio de um Estado único, cujos os governantes teriam que responder a múltiplos interesses e pressões. Por isso o segredo do capitalismo esteve no estabelecimento da divisão do trabalho no marco de uma economia-mundo que não era um império, em lugar de fazê-lo no marco de um único Estado nacional. (idem, p.180).

O sucesso da economia-mundo européia foi não ter se transformado em um império. O capitalismo foi capaz de florescer nesta economia-mundo precisamente porque nela haviam múltiplos sistemas políticos, e não apenas um.³³

³³ Quanto a esta questão pode vir a ser interessante estabelecer um diálogo entre Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, pois segundo este último autor “(...) a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela fará ou não, depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência [interestatal e interempresarial]”. (Arrighi, 1996, p.32).

CONCLUSÃO

Este breve trabalho procurou em linhas gerais analisar, sob a ótica de dois grandes autores – Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein – os principais processos de transformações sociais, sobretudo econômicas que estiveram presentes na criação do mundo moderno. O “enraizamento” do capitalismo e a eliminação de um sistema imperial para o posterior estabelecimento de múltiplos sistemas políticos, formaram os dois grandes processos de mudanças que caracterizaram o mundo moderno.

A chamada economia-mundo européia representou o espaço sobre o qual estas transformações se realizaram. O último capítulo deste estudo procurou justificar (seguindo as argumentações de Wallerstein) com base no exemplo do caso da China, o por quê destas mudanças se darem no espaço desta economia-mundo e não de outras.

A resposta desta questão se resume no fato de que a estrutura social (feudal) da Europa trazia consigo o desmantelamento da estrutura imperial, o que por sua vez implicava no aparecimento de múltiplos sistemas políticos e ao mesmo tempo na ampliação da acumulação capitalista. Já a organização social das outras economias-mundos, ao contrário conduzia para a manutenção da estrutura imperial, que por sua vez asfixiava o desenvolvimento do capitalismo.

Assim, para reconhecer os dois grandes processos da era moderna partiu-se do estudo das origens e funcionamento da chamada economia-mundo européia, e não nas origens e funcionamento de outras economias-mundos.

Conforme observado, as origens da economia-mundo européia não foram partilhadas pelos autores aqui pesquisados. Wallerstein rastreia estas origens só a partir de fins do século XV, enquanto Braudel as rastreia já no século XI.

O período que se estende de 1150 a 1450 é marcado por Wallerstein pela ascensão e queda da civilização feudal na Europa. As enormes pressões geradas pela crise geral do feudalismo – os “princípios motores” que dariam origem a enormes mudanças sociais presenciadas no início dos tempos modernos –, impulsionaram a Europa a expandir nos séculos XV e XVI seus territórios além mar e aumentar a base da população para o

trabalho. Este seria o pontapé inicial para a criação da economia-mundo européia, e também para a modernidade.

Contrariando esta visão, Braudel aponta que durante este mesmo período (1150-1450) a Europa já havia produzido a sua economia-mundo, e que também os problemas da modernização do pequeno continente já deveriam começar a ser examinados. As primeiras “etapas” e “passagens” da modernização foram por ele rastreadas não a partir do clássico Renascimento em fins do século XV – com a crise do feudalismo –, mas no Renascimento do século XII/XIII – com a passagem do “consumo agrícola direto” para o “consumo agrícola indireto”, e com a passagem da “economia doméstica” para uma “economia de mercado”.

A partir daí, Fernand Braudel segue por analisar a evolução do processo de modernização nas subseqüentes zonas centrais, sem no entanto relacioná-lo às demais zonas da economia-mundo européia.

Na primeira instauração desta economia-mundo (século XIII), o centro econômico por muitos anos situa-se entre dois pólos – o norte da Itália e os Países Baixos – nas feiras de Champagne. A crise do século XIV agregado a outros fatores levaram as feiras a decair, e a recentragem da economia-mundo se deu em favor de Veneza. As mudanças sociais que devem ser destacadas neste período se relacionam com a construção do capitalismo, do colonialismo, das lutas de classes, da sofisticação da força de trabalho e outros como mostrou Braudel em uma das citações anteriores. É um fato que a cidade veneziana no seu tempo de esplendor esboçou um “certo capitalismo” dominante. Mas terá ela inventado a tecnologia necessária para incrementar o fluxo excedente desde a periferia até o centro? Esta é uma questão que aqui fica sem resposta, visto que a análise braudeliiana restringe-se a examinar os problemas da zona central.

Na visão de Wallerstein, esta nova forma de apropriação do excedente foi se constituindo no decorrer do Longo século XVI (1450-1640), com o processo de criação da economia-mundo capitalista na Europa.

Foram apontados três aspectos fundamentais para o estabelecimento de tal economia-mundo. Uma expansão do volume geográfico europeu, o desenvolvimento de vários métodos de controle do trabalho para diferentes produtos e zonas da economia-mundo, e a criação de aparelhos do Estado relativamente fortes.

O primeiro destes aspectos, como foi visto, não só ocorreu como também foi fantástico, e isso representou uma enorme mudança na vida de milhares de pessoas. Daria para discorrer longamente só sobre os resultados das expansões ultramarinas européias.

Estritamente relacionado a este primeiro aspecto estiveram os seguintes: o segundo – a concentração de diferentes modos de controle do trabalho nas diversas zonas da economia-mundo –, que foi essencial para expandir o fluxo excedente dos estratos inferiores aos superiores; e o último aspecto – a criação de “fortes” aparelhos do Estado – que contribuiu para o estabelecimento de um sistema com múltiplos Estados, em detrimento de um sistema imperial, e com isso garantiu o “sucesso social do mundo moderno” – que consistia não só em incrementar o fluxo excedente da maioria a minoria, mas também eliminar o desperdício de uma super-estrutura política excessivamente unificada.

O processo pelo qual esse sucesso, assim como a modernidade, se concretizou foi mostrado por Wallerstein na passagem de Sevilha – que foi o centro político de um império – a Amsterdam – o eixo da economia-mundo européia. É preciso destacar que para Braudel o processo de modernização da Europa não se deu por esta “passagem simples”, mas por uma série de etapas e passagens pela qual passaram as cidades dominantes do Ocidente: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdam, Londres (não sendo esta última examinada).

BIBLIOGRAFIA

ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. Nova York : Oxford University Press, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 1.ed. São Paulo : UNESP/Contraponto, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano*. 1.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo*. 1.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Qu'est-ce que le XVIe siècle?* Annales ESC, VIII, 1, enero-marzo de 1953.

CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Atlantique (1504-1650), VIII: La conjuncture (1504-1592)*, París, Sevpen, 1959a.

CHAUNU, Pierre. *Séville et l'Atlantique (1504-1650), VIII: Les structures géographiques*, París, Sevpen, 1959b.

CHAUNU, Pierre. *L'expansion européenne du XIIIe au XVe siècle*. Colección Nouvelle Clio, 26, París, Presses Universitaires de France, 1969.

FRIIS, Astrid. *An inquiry into the relations between economic and financial factors in the sixteenth and seventeenth centuries*. Scandinavian Economic History Review, I, 2, 1953.

HERMAN, Van der Wee. *The growth of the Antwerp market and the European economy*. 3 vols., La haya, Nijhoff, 1963.

HILTON, R. H. *Y eut-il une crise générale de la féodalité?*. Annales ESC, vi, 1, enero-marzo de 1951.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: Ensaio sobre a globalização*. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 2001.

JONES, E. L. y WOOLF, S. J. *The historic of agrarian change in economic development*, en E. L. Jones y S. J. Woolf, comps., *Agrarian change and economic development*. Londres, Methuen, 1969.

MATTINGLY, Garret, *Renaissance diplomacy*, Londres, Jonathon Cape, 1955.

NEEDHAM, Joseph. "Commentary", sobre Lynn White, jr., *What accelerated technological change in the Western Middle Ages?*. en A.C. Crombie, comp., *Scientific Change*, Nueva York, Basic Books, 1963a.

NEEDHAM, Joseph. *Poverties and Triumphs of Chinese scientific tradition*, en A.C. Crombie, comp., *Scientific Change*, Nueva York, Basic Books, 1963b.

PERROY, Edouard. *A l'origine d'une économie contractée: les crises du xive siècle*, *Annales ESC*, iv, 2, abril-junio de 1949.

ROBERT, J. M. *O livro de ouro da história do mundo: Da pré-história à Idade Contemporânea*. 3. ed. Rio de Janeiro : Ediouro, 2001.

SIMONDE, de sismondi. *Nouveaux principes d'économie politique*. p. p. Jean Weiller, 1971.

SLICHER, van Bath, B. H. *The agrarian history of Western Europe, a.D. 500-1850*. Nueva York, St. Martin's, 1963.

SLICHER, van Bath, B. H. *The agrarian history of Western Europe, A.D. 500-1850*. Nueva York, St. Martin's, 1966.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova York : Russell Sage, 1984.

VICENS, Vives, Jaime. *Approaches to the history of Spain*. 2. ed., Berkeley, Univ. of California Press, 1970.

VIOLET, Barbour. *Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century*. 1963.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. 9.ed. Delegación Coyoacán : Siglo Vientiuno, 1999.

WHITE, jr., Lynn. *What accelerated technological progress in the Western Middle Ages?*. en A.C. Crombie, comp., *Scientific Change*, Nueva York, Basic Books, 1963.